



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CARTA CONTRATO Nº 32/2020**

**CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 32/2020**

**PROCESSO ELETRÔNICO N. 0003084-49.2020.6.22.8080**

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LORENZI ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS EXECUTIVOS E PROJETO COMPLEMENTARES DE ESCORAMENTO E REFORÇO ESTRUTURAL DE PILARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE APOIO E ASSISTÊNCIA À SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO ESCORAMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n. 07.211.932/0001-22, com sede na Rua José Bonifácio n. 663 - Sala 103, 1º Pavimento, Bairro Olaria, CEP 76.801-230, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): 69 - 3229-7254 / 99981-5589, E-mail(s): leandro@lorensi.eng.br; neste ato representada pelo Senhor **LEANDRO LORENSI DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade 2205966197/CREA-RS e do CPF 609.768.700-10.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO 04/2008, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa SG/MPDG 5/2017, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 03/2020/SEMAP - **Contratação emergencial.**

**Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação:** Decisão 15/2020-PRES/DG/GABDG, de 30/11/2020, evento [0630661](#).

### **DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto desta Carta-Contrato é a contratação emergencial de empresa especializada para Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares e Prestação de serviços de Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO (Lote 01).

**Subcláusula Segunda** – As definições desta contratação estão no item 2., III., B., do Projeto Básico respectivo.

**Subcláusula Primeira** – A contratada deverá observar, cumprir e manter integralmente as condições constantes no Projeto Básico respectivo, incluindo o disposto no item 2., IV., A. (DOS LOTES DO OBJETO), no item 2., IV., C., 1. (DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), no item 2., IV., C., 2. (DAS REUNIÕES), no item 1., II. (DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL), 4. (DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO) e 5. (DO CONTRATO).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Quanto à SUBCONTRATAÇÃO, deverá ser observado o item 5., V, do Projeto Básico respectivo, a seguir reproduzido:

1. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto contratado, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:
2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:
  1. Razão Social;
  2. CNPJ;
  3. Nome e CPF do(s) sócios(s);
  4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
  5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
  6. Justificativa para subcontratação.
3. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.
4. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

**Subcláusula Quarta** - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico (PB)/Termo de Referência (TR) respectivo e seus anexos, assim como a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DA  
CONTRATAÇÃO**

**(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os prazos de vigência e de execução desta contratação obedecerão ao que segue:

Decorrente da contratação dos itens do LOTE 01:

1. **Do Prazo de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da assinatura do contrato, obedecidas as normas legais, entre elas:

1. Prestação regular dos serviços;
2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
3. Manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
4. Manutenção do interesse pela Contratada;
5. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

2. **Do Prazo de Execução**

1. O prazo de execução será dividido em 2 etapas:

1. Etapa 1: prazo de **40 (quarenta) dias**: entrega dos projetos executivos de escoramento, reforço estrutural, recuperação e complementares, a contar da assinatura deste contrato.

2. Etapa 2: prazo de **60 (sessenta) dias**: correspondente aos serviços de Apoio e Assistência à fiscalização e supervisão de serviço de engenharia da **Execução do Projeto de Escoramento** do prédio sede TRE-RO, tendo início e término



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a partir do cronograma contido no Contrato de Execução da obra.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor total desta Carta-Contrato referente ao Lote 01 é de **R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)**, conforme proposta da CONTRATADA, a seguir resumida:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR por QTD (M²) (HT¹)	VALOR TOTAL
LOTE 01					
01	Único	Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares e Prestação de serviços de Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a <u>Execução</u> do Escoramento do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO			
		Projeto Escoramento	3.256,10 m²	R\$ 4,00	R\$ 13.024,40
		Projeto Reforço/Recuperação Estrutural	1.312,20 m²	R\$ 18,00	R\$ 23.619,60
		Projeto Sistema Elétrico / Iluminação	1.312,20 m²	R\$ 7,00	R\$ 9.185,40
		Projeto Sistema Condicionador de Ar	1.312,20 m²	R\$ 5,00	R\$ 6.561,00
		Projeto Sistema Hidrossanitário	1.312,20 m²	R\$ 3,00	R\$ 3.939,60
		Projeto Arquitetônico	1.312,20 m²	R\$ 8,00	R\$ 10.497,60



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR por QTD (M²) (HT¹)	VALOR TOTAL
		Apoio parcial à fiscalização da execução do projeto de escoramento	180 HT ¹	R\$ 160,00	R\$ 28.800,00
01	<b>PREÇO LOTE 01 (ITEM ÚNICO)</b>		<b>R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)</b>		

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 339039-05, conforme Nota de Empenho 2020NE001191, de 01/12/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário.

**DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8666/93)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** – Quanto à garantia contratual, deverão ser observadas e atendidas as seguintes condições:

1. Exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:
2. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública exigíveis, seguro-garantia ou fiança bancária. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
  1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no alínea “b” do subitem 3.1 acima, observada a legislação que rege a matéria;
5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
9. A garantia será considerada extinta:
  1. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

2. com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 3.1. acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

10. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

### **DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Quanto ao pagamento dos serviços ora contratados, deverá ser observado o que segue:

**1. Dos serviços de Elaboração Dos Projetos**

1. Os pagamentos serão efetuados:

1. Para os serviços de elaboração dos projetos de o apoio à fiscalização da elaboração dos projetos: em parcela única após o recebimento definitivo de TODOS os itens que compõem o objeto e atendidos a todos os critérios definidos no projeto básico, após certificação da fiscalização;

2. Para o serviço de apoio à fiscalização da execução do projeto de escoramento, um pagamento a cada 30 (trinta) dias, proporcionalmente aos serviços executados.

2. Os pagamentos dos serviços serão realizados por meio de ordem bancária ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, em moeda corrente, **em até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de apresentação de cada nota fiscal/fatura e demais documentos previstos neste item, devidamente certificada pelo Gestor do Contrato;

3. Para fazer jus ao pagamento, as CONTRATADAS deverão comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4. Os pagamentos dos serviços relacionados a cada etapa são condicionados à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. De todos os projetos, estudos, análises, relatórios e orçamentos, juntamente com os demais documentos gerados na respectiva etapa, devidamente assinados;
  2. Registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) dos projetos e dos demais documentos, quando exigíveis, emitidas pelo CREA-RO e/ou CAU/RO, conforme o caso.
  5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.
- 2. Dos Serviços de apoio e assistência à fiscalização e supervisão de serviço de engenharia de execução dos projetos de escoramento do prédio sede TRE-RO.**
1. O Pagamento será efetuado mensalmente, em parcela fixa, conforme proposta, a contar da data de emissão de Ordem de Serviço da obra de Execução de reforço estrutural, após o cumprimento e certificação de todas as obrigações e entregas mínimas prevista neste projeto básico.

**Subcláusula única** – Ainda quanto ao pagamento dos serviços ora contratados, deverá ser observado o que segue:

1. Os pagamentos serão efetuados nas condições e preços pactuados;
2. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
3. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
4. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
5. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação da regularidade pela fiscalização e emissão de Nota Técnica pelo gestor designado pelo CONTRATANTE, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
6. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
8. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
9. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;
10. Após o término do serviço executado e devidamente certificados pela unidade gestora, a Contratada deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente ao serviço executado com o valor apresentado na proposta;
11. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas;
12. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pela gestão e fiscalização do Contrato.
13. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
14. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço, sendo que em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais.
15. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$ .

16. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa

18. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento, ou no prazo estabelecido, ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade, sendo que, no caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

19. Identificada qualquer cobrança indevida ou erro na documentação enviada para pagamento, os fatos serão informados à CONTRATADA para regularização, sendo que a contagem do prazo para pagamento será a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

20. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTA CONTRATAÇÃO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, a Gestão desta contratação será realizada pelo titular da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), a Fiscalização desta contratação ficará a cargo de servidor técnico previamente designado nas Ordens de Serviços pela Administração, em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observância à IN/TRE-RO/004/2008, ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais.

**Subcláusula Primeira** – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade das CONTRATADAS, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

**Subcláusula Segunda** - Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa, observando que, é vedada designação de servidor que:

1. possua com a contratada relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
2. seja amigo íntimo ou inimigo capital da contratada ou dos dirigentes da contratada;
3. tenha parentesco com membro da família da contratada;
4. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações;
4. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;
5. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido; e
6. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência da futura OES, o objeto do PB, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando a contratada de todas as obrigações.

### **CLÁUSULA OITAVA – São também obrigações do CONTRATANTE:**

1. Promover, através do fiscal deste instrumento, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
2. Efetuar os pagamentos à Contratada, nas condições estabelecidas no contrato;
3. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
4. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8666/93)**

### **CLÁUSULA NONA – São obrigações da contratada:**

1. Indicar no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento da Ordem de Execução de Serviços, o PREPOSTO, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;
2. Empregar, na avaliação técnica, pessoal devidamente qualificado;
3. Empregar, nos casos aplicáveis para avaliação técnica, materiais e equipamentos novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
4. Gerir a mão de obra necessária para a realização da avaliação técnica, inclusive de eventuais subcontratadas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. 2.1) O preposto deverá atender à ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE de forma imediata.
6. Submeter ao CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pelo CONTRANTE.
7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.
8. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução da avaliação técnica.
9. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
10. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.
11. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
12. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
13. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
14. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade necessários à avaliação técnica, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.
15. 9) Se necessário, proceder à limpeza e retirada de qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da entrega do objeto.
16. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

18. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

1. Descrição dos serviços realizados.
2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.

19. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.

20. 15) Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.

21. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

22. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI nas visitas à sala do grupo gerador;

23. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.

24. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

25. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.

26. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a*





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*

27. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

*"XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."*

28. Executar os serviços por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis.

29. Obedecer rigorosamente às instruções contidas no Projeto Básico, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.

30. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto do Projeto Básico.

31. Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos;
4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA**—Também são obrigações da contratada:

1. realizar esta contratação nas condições, preços e prazos estabelecidos;
2. cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, regulamentos oficiais e também pactuadas neste instrumento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de regularidade perante a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
4. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-RO, atendendo, de imediato, às reclamações;
5. responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste instrumento, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar ou acompanhar sua execução;
6. responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
7. levar, imediatamente, ao conhecimento do TRE-RO qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
8. proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços ora contratados, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE-RO;
9. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;
10. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.
11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2o, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

- 1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses requerimentos; e
- 2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa 004/2008-TRE-RO.

13. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O descumprimento injustificado das obrigações pactuadas, sujeita a CONTRATADA à multas moratórias (pelo atraso no cumprimento das obrigações) e multas punitivas (pela inexecução parcial e total do objeto), conforme regras a seguir:

1) O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em instrumento contratual, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

1.1) Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços até 5 (cinco) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo do valor adjudicado, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.

1.2) Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do Contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do Contrato

1.3) Atraso injustificado das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo gestor do contrato:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;

b) De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;

1.4) Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do Contrato.

2) Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

2.1) Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do Contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

2.2) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Contratação nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

2.3) Multa de até 10% (trinta por cento) sobre o valor total da Contratual nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA, sendo que se justifica o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.

2.4) Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 01 (um) anos;

2.5) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3) Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

4) As sanções fixadas no item II acima, poderão ser aplicadas em conjunto ou isoladas, sendo que a autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

5) As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no SICAF;

6) Nas condutas de inexecução parcial do Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do Contrato.

7) O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

8) A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada do montante a que fizer jus, caso haja, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011-Plenário).

9) Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80);

10) De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal ou este valor seja insuficiente, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11) No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

12) Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

13) Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

14) As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE ou a terceiros, sendo que os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas;

15) O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

16) Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO 04/2008.

## **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste instrumento, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste instrumento, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral deste instrumento que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sétima** – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Oitava** – Em razão da natureza dos objetos e estes não prosperarem por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), o objeto deste instrumento é irreajustável.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

**Subcláusula única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contratação e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 02 de dezembro de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b>  Pelo CONTRATANTE	<b>LEANDRO LORENSI DOS SANTOS</b>  Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva  CPF: 567.849.102-49  Testemunha	Aldací Souza Mota  CPF: 326.504.772-53  Testemunha



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO LORENSI DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 02/12/2020, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/12/2020, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 02/12/2020, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 03/12/2020, às 08:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

## **PROJETO BÁSICO Nº 18/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

### **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos artigos 6º, inciso IX, 7º e 24, IV, todos da Lei n. 8.666/93 e art. 17 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente **PROJETO BÁSICO**, cujos objetos são: contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE CÁLCULO ESTRUTURAL COM REFORÇO ESTRUTURAL E DE ESCORAMENTO PARA EXECUÇÃO DO REFORÇO ESTRUTURAL** em 08 (oito) pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO; **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO E ASSISTÊNCIA À SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL E ESCORAMENTO**; e para contratação de serviços comuns de engenharia, consistentes no **APOIO E ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESCORAMENTO E REFORÇO ESTRUTURAL DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL**, conforme as condições estabelecidas neste Projeto Básico



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Este Projeto Básico observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

## **2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

### **I. DO OBJETO**

a. Contratação **EMERGENCIAL** de empresas especializadas de engenharia para:

1. Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojotos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização dos Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO;

2. Prestação de serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Elaboração dos Anteprojotos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO.

b. Os objetos da presente licitação têm a natureza de serviço comum de engenharia.

c. A contratação será constituída por 02 (dois) lotes, sendo:

1. LOTE 01 contendo 02 (dois) itens - Contratação para elaboração dos projetos e demais peças técnicas; e realização das atividades de apoio e assistência à supervisão e fiscalização do escoramento do prédio sede do TRE-RO;

2. LOTE 02 contendo item único - Contratação para fiscalização da elaboração dos Projetos Básico, Executivo, e complementares.

d. O detalhamento de cada lote encontra-se no item **2.III.B - DOS LOTES DO OBJETO**, abaixo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II. DA JUSTIFICATIVA DA EMERGÊNCIA NA CONTRATAÇÃO**

(Art. 24, inciso IV e Art. 26, parágrafo único, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93)

a. O TRE-RO identificou por meio do Relatório de Vistoria Técnica de Patologia Predial, evento [0494124](#), a existência de danos em peças estruturais que poderiam comprometer a segurança material e pessoal de parte da área do prédio do edifício sede, na parte correspondente ao Auditorio, Diretoria Geral e Corregedoria, tendo como consequência a contratação de pessoa jurídica para realizar perícia técnica a fim de avaliar o nível de comprometimento da edificação e seu reflexos nas demais áreas.

b. Em função do Relatório de Vistoria deu-se a contratação da empresa Projecon - Projetos e Construções Ltda para a análise estrutural e perícia da situação apontada no Relatório e ao final expor posicionamento quanto a segurança e comprometimento da edificação, sendo assim a referida empresa emitiu posicionamento na qual afirma que a estrutura não atende aos critérios normativos de segurança e estados limites últimos e de serviço, que a estrutura apresenta mau desempenho aos esforços horizontais e que as anomalias nos pilares PL-12 e PL-24 **apresentam grandes indícios de processo colapso progressivo e ruína de parcela da edificação, podendo ocorrer imediatamente.**

c. Tal situação está evidenciada no processo SEI 0000083-56.2020.6.22.8000 e processo nº 0000221-23.2020.6.22.8000, respectivamente nos eventos [0494124](#) e [0567682](#).

d. Em um processo contínuo, a SEMAP, imediatamente iniciou os procedimentos de isolamento a região e o remanejamento dos setores que se encontram na área de risco para outros espaços, redimensionando toda as equipes de trabalho do Tribunal, bem como a retirada de todo o mobiliária da região apontada pelo relatório contido no Laudo Técnico Estrutural, de forma a estabilização estrutural, mantendo-se dentro do possível, somente o peso próprio da edificação.

e. Tal situação causou enorme transtorno em toda a administração do Tribunal, somando-se a pandemia do COVID 19, onde o distanciamento é fundamental para evitar sua propagação do vírus, portanto esse remanejamento de setores que estavam no lado Norte para as demais regiões, situados no lado Sul, causou um ajuste de espaço entre servidores de tamanha dificuldade, complicando mais ainda o desenvolvimento das atividades do TRE-RO, temos, ainda que levar em consideração que o processo eleitoral se avizinha, o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que causará mais transtornos as atividades do deste poder judiciário eleitoral.

f. Visando solucionar o problema, se faz necessário as seguintes providência: Instalação imediata de escoramento de toda a estrutura (vigas, lajes e pilares) da região comprometida; contratação de pessoa jurídica para elaboração de projeto executivo do reforço estrutural da região afetada em conformidade com as orientações contidas no Laudo Técnico Estrutural, evento [0567684](#) e, posteriormente, a contratação de empresa especializada em execução de reforço estrutural em conformidade com o projeto executivo.

g. Em função do exposto no Laudo Técnico, temos caracterizado o risco de danos pessoais e prejuízos materiais, no caso de permanência nos locais afetados e ao patrimônio público, no caso de não realização de medidas emergenciais quanto a proteção e reforço estrutural da edificação.

h. Outrossim, resta o possível dano futuro ao bem imóvel, ou seja, dano à benfeitoria, caso não se tome providências quanto ao seu reforço estrutural, pois a mera instalação de escoramento não afasta a progressão nociva dos efeitos apontados no relatório, pois tal escoramento tem a função de estabilizar a estrutura em seu estágio crítico, mas não de solucionar definitivamente tal gravidade; portanto para solucionar tal situação cabe, primeiramente, a elaboração de projeto executivo de reforço estrutural em conformidade com as situações apontadas no Laudo Técnico Estrutural e, posteriormente, a contratação de empresa especializada para executar os serviços; desta forma afastar o risco de desabamento de forma definitiva, protegendo o bem publico.

### **III.DAS LEIS, NORMAS, DEFINIÇÕES e ANEXOS PLANTAS**

#### **A. DAS REGRAS GERAIS E ESPECÍFICAS**

##### **1. DA LEGISLAÇÃO APLICADA**

i. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

ii. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - no âmbito do TRE-RO;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii.**Resolução Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

iv.**Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais;

v.A indicação da legislação acima não exclui outras que se relacionem com o presente Projeto Básico.

## **2. DAS NORMAS TÉCNICAS**

i.ABNT NBR 6118/2014 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimentos;

ii.ABNT NBR 6120/2019 – Cargos para o cálculo de estruturas de edificações;

iii.ABNT NBR 6123/2019 – Forças devidas ao vento em edificações;

iv.ABNT NB-1/1978 – Projeto de estrutura de concreto;

v.ABNT NBR 9062/2017 – Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;

vi.ABNT NBR 5739:2007 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos;

vii.ABNT NBR 7211:2005 - Agregados para concreto – Especificação;

viii.ABNT NBR 15577:2009 - Agregados - Reatividade álcali-agregado;

ix.ABNT NBR 12655:2015 - Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento;

x.ABNT NBR 5732:1991 - Cimento Portland comum – Especificação;

xi.ABNT NBR 5735:1991 - Cimento Portland de alto-forno – Especificação;

xii.ABNT NBR 5736:1999 - Cimento Portland pozolânico – Especificação;

xiii.ABNT NBR 11578:1997 - Cimento Portland composto – Especificação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xiv. ABNT NBR 7212:2012 - Execução de concreto dosado em central — Procedimento;
- xv. ABNT NBR 15900:2009 - Água para amassamento do concreto;
- xvi. ABNT NBR 15823:2010 - Concreto auto adensável (Partes 1 a 6);
- xvii. ABNT NBR 7584/2012 – Dureza do concreto pelo esclerômetro de reflexão;
- xviii. ABNT NBR 8802/2019 – Concreto endurecido – Determinação da velocidade de propagação de onda ultrassônica;
- xix. ABNT NBR 13752/1996 – Perícias de engenharia na construção civil;
- xx. ABNT NBR 8681/2003 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimentos;
- xxi. ABNT NBR 6484/2001 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT – Método de Ensaio
- xxii. ABNT NBR 6122/2010 – Projeto e Execução de Fundações;
- xxiii. ABNT NBR 12654/1992 – Controle tecnológico de materiais componentes do concreto – Procedimentos;
- xxiv. ABNT NBR 14931/2004 - Projeto de Estruturas de Concreto Armado;
- xxv. ABNT NBR 7480:2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação;
- xxvi. ABNT NBR ISO 7438:2016 - Materiais metálicos — Ensaio de dobramento;
- xxvii. ABNT NBR ISO 6892-2:2013 - Materiais metálicos — Ensaio de tração;
- xxviii. NBR 7190 – 08/1997 - Cálculo e Execução de Estruturas de Madeira;
- xxix. NBR 7197 - Cálculo e Execução de Obras em Concreto Protendido;
- xxx. NBR 8681 – 03/2003 - Ações e segurança nas estruturas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxxi.NBR14859 – 05/2002 - Lajes pré-fabricadas unidirecionais e bidirecionais;
- xxxii.ABNT NBR 13528:2010 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração;
- xxxiii.NBR10067 – Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico;
- xxxiv.NBR 8036 – Programação de Sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios;
- xxxv.Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- xxxvi.Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA;
- xxxvii.NBR14931 – “Execução de Estruturas de Concreto - Procedimento”;
- xxxviii.NBR7840 – “Aço Destinado a Armaduras Para Estruturas de Concreto Armado - Especificações”;
- xxxix.NM77 – “Concreto – Preparação das Bases dos Corpos-de-prova e Testemunhos Cilíndricos para Ensaio de Compressão”;
- xl.NBR9607 – “Prova de Carga em Estruturas de Concreto Armado e Protendido”;
- xli.NM69 – “Concreto – Extração, Preparação e Ensaio de Testemunhos de Estruturas de Concreto”;
- xlii.A indicação das normas acima não exclui outras que se relacionem com o presente Projeto Básico.

### **B. DEFINIÇÕES**

- i.**Projeto Básico ou PB:** Este documento - contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.
- ii.**Estudos Preliminares:** Estudo das opções para determinar formas de execução do projeto, tendo como



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

principal objetivo definir as orientações para elaboração do Anteprojeto.

iii.**Anteprojeto:** Esboço ou conjunto dos estudos preliminares que irão constituir, depois das necessárias alterações, as diretrizes básicas do projeto definitivo de uma obra.

iv.**Projeto Básico de Engenharia:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a.Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b.soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c.identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d.informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e.subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f. orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

v. **Projeto Executivo:** Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; o projeto executivo de estruturas deverá conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do projeto e a execução da obra;

vi. **Construtora:** Empresa responsável pela execução dos serviços de escoramento, reforço e/ou recuperação estrutural do prédio sede TRE-RO.

### **B. ANEXOS PLANTAS**

i. Os documentos anexos abaixo listados referem-se a plantas elaboradas em fase construtiva do edifício sede do TRE-RO e podem não refletir com precisão as condições atuais da edificação, cabendo aos Responsáveis Técnicos pela elaboração dos projetos de todas as especialidades, bem como o(s) Responsável(is) Técnico(s) pelo apoio à fiscalização da elaboração dos projetos e apoio à fiscalização da execução do escoramento, quando considerarem necessário, realizar estudos complementares:

1. Planta de Forma e Ferragens 1 ([0604187](#));
2. Planta de Forma e Ferragens 2 ([0604190](#));
3. Planta de Fomra e Ferragens 3 ([0604191](#));
4. Plantas de Ferragem, viga baldrame e locação dos pilares ([0604194](#));
5. Plantas Térreo e 1o. pav, Cobertura - Corte e Fachada ([0604197](#)).

ii. Sempre que houver acréscimo de custos que causem desequilíbrio ao CONTRATO referentes aos estudos complementares, a CONTRATADA solicitante deverá apresentar ao CONTRATANTE solicitação devidamente justificada e fundamentada.

## **II. DOS LOTES DO OBJETO**

### **A. LOTE 01**

#### **1. DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de escoramento, reforço e recuperação estrutural de forma a proporcionar robustez aos pilares com a finalidade de garantir o contraventamento da estrutura, cuja a sugestão do perito é o aumento da seção dos pilares PL-1(RPL-1), PL-13 (RPL-13), PL-25 (RPL-25), PL-37 (RPL-37), PL-12 (RPL-12), PL-24 (RPL-24), PL-36 (RPL-36) e PL-48 (RPL-48), de acordo o contido no 3º parágrafo, do item 11.1, que trata da orientação do projeto de reforço estrutural na figura 21, do Laudo Técnico Pericial de Engenharia ([0570731](#)), entretanto podendo ser sugerido e apresentado alternativa diferente, desde que atenda as normas e regramentos construtivos, inclusive com associação de outros componentes que venham a dar estabilidade estrutural, como por exemplo a utilização de manta de fibra de carbono; observando-se a devida integração com os demais elementos estruturais; podendo ser sugerido solução diferente da proposta do perito, entretanto tal sugestão deverá atender os requisitos estruturais a segurança, economicidade, eficiência, estética e demais características, observado a integração com as estruturas existentes da edificação. Os projetos deverão contemplar soluções de segurança e durabilidade dos elementos estruturais que sofreram anomalias ou que de alguma forma serão atingidos pelo serviço de reforço estrutural, tais como: lajes alveolares trincadas, consoles de pilares e dentes Gerber de vigas danificados. Devem conter, também, os projetos de escoramento da estrutura existente e a ser colocada para a execução dos serviços, sendo que este escoramento terá a função de segurança contra a possibilidade ruína e/ou para viabilizar a execução dos serviços objeto do presente termo.
- ii. Na análise estrutural deve ser considerada como base os apontamentos contidos no Laudo Pericial Estrutural, evento [0570731](#), em especial a necessidade de reforço estrutural, sendo integrante deste procedimento de contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. É de responsabilidade do projetista estrutural conhecer todas as instalações e suas utilizações que se encontram implantadas na edificação, os quais são requisitos na escolha e dimensionamento da melhor solução estrutural, sendo que a solução estrutural deve ser considerado a meso estrutura, infraestrutura e superestrutura.
- iv. A CONTRATADA desenvolverá e apresentará o Projeto Estrutural, após estudar as diversas opções de estruturas, analisar as vantagens e desvantagens de cada uma, sob o ponto de vista de viabilidade técnica, econômica e de execução;
- v. Na reunião inicial de alinhamento prevista no item **DAS REUNIÕES** a CONTRATADA deverá apresentar proposta técnica da metodologia de escoramento que será projetada, para avaliação e aprovação do CONTRATANTE;
- vi. Para tanto, é de responsabilidade da CONTRATADA obter informações acerca das características do local da obra no tocante a:
  - a. Tipo e custo da mão de obra disponível;
  - b. Tipo e custo dos materiais disponíveis;
  - c. Disponibilidade de equipamentos;
  - d. Possibilidade de utilização de técnicas construtivas.
- vii. As Pré-Formas deverão apresentar a definição estrutural de todos os pavimentos, já devendo ter sido contemplados:
  - a. As verificações necessárias para garantir a estabilidade global da estrutura;
  - b. O dimensionamento dos diversos elementos estruturais quanto aos seus respectivos estados limites;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Estado limite em serviço: deformações verticais, horizontais e vibrações.

viii.O desenvolvimento do projeto estrutural deverá obedecer às prescrições da ABNT NBR 6118:2003 – “Projeto de estruturas de concreto – Procedimento”, devendo nesta fase contemplar:

a. Qualidade e durabilidade dos materiais (módulo de deformação);

b. Ações externas (vento, imperfeições globais, empuxos diferenciais, carregamentos especiais);

c. Concepção espacial estrutural (compatibilidade com os demais projetos, dimensões limites dos elementos estruturais);

d. Análise estrutural (deformações verticais dos elementos, deslocamentos máximos horizontais no topo do edifício);

e. Avaliação dos esforços internos adicionais (efeitos globais de segunda ordem, variações térmicas e retração, esforços transmitidos para fundações, esforços hiperestáticos etc.).

ix.Os prazos de realização dos serviços e apresentação de preodutos seguirá o estabelecido no item **DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** deste PB.

### **x.DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS**

a. O projetos serão entregues observando os prazos definidos no item **DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**;

b. Deverá ser elaborado Parecer Técnico em que conste, obrigatoriamente:

1. Relatório Técnico que contenha memorial descritivo do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cálculo da solução estrutural adotada;

2. Estimativa de custos, com o objetivo de se realizar uma avaliação técnica financeira das propostas para atendimento ao reforço estrutural necessário a dar estabilidade à edificação.

c. Para efeito de compabilidade dos projetos, não serão aceitos, em qualquer etapa, arquivos com cotas editadas (forçadas), ou seja, o desenho deve apresentar a proporção real e exata.

d. Juntamente com os arquivos em formato ".dwg", deverão ser entregues os arquivos ".ctb" (de configuração de cores e penas) correspondentes de forma a facilitar futuras plotagens.

e. Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de programas informatizados, de modo que seja possível a leitura e modificação por meio de programas padrões de informática adotadas pelo TRE-RO.

f. Em caso de arquivos produzidos em outro programa, diferente do AutoCAD ou do Revit, e posteriormente convertidos para algum deles, é aconselhável a observação de possível perda de informações ocasionada, principalmente, em objetos dos pos: texto, cota, hachura e tipo de linha.

g. A utilização de envio de arquivos digitais por correio eletrônico será permitida em caso de revisões dos projetos já entregues ou complementações, desde que mediante autorização prévia da Contratante

h. Cada projeto específico (escoramento, reforço estrutural, etc.) deverá ter uma pasta respectiva que abrigue todos os seus arquivos. Uma lista numerada, agrupada por projeto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

específico e que exiba todos os documentos integrantes dos projetos, deverá ser entregue à Contratante contendo o nome e a descrição de cada um dos arquivos, além de observações adicionais julgadas pertinentes.

i. Tanto os produtos gráficos quanto os textuais deverão ser entregues em seu formato original (".doc", ".xls", ".dwg", ".rvt") e em formato ".pdf".

j. Tanto os produtos gráficos quanto os textuais deverão conter o nome da empresa, a assinatura do profissional responsável, a menção de seu título profissional, o número de seu respectivo registro no CREA/CAU e o número da ART respectiva, sendo que os projetos deverão ser entregues com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do CAU.

k. Os textos e planilhas impressos deverão ser apresentados no formato A4. Os arquivos digitais desses deverão ser compatíveis com os softwares do Microsoft Office (Word e Excel) em sua versão 2016.

l. Na conclusão de cada etapa dos projetos e demais produtos gráficos, deverão ser entregues três jogos de cópias impressas em papel A0 e três CDs/DVDs com os arquivos digitais correspondentes.

m. Os desenhos (plantas, cortes etc.) no formato digital deverão conter todas as pranchas no formato ".rvt", compatíveis com o programa Autodesk Revit 2019 ou inferior e em extensão ".dwg" compatíveis com o AutoCAD 2012 ou inferior.

n. Na gravação das mídias digitais, somente os arquivos finais deverão estar presentes, excluindo-se arquivos de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

backup, temporários ou auxiliares que não forem necessários.

o. Na conclusão de cada etapa dos orçamentos e estudos, deverão ser entregues três jogos de cópias impressas em papel sulfite A4 e três CDs/DVDs com os arquivos digitais correspondentes (CD-ROM, 650Mb ou em Pendriv, de 16Gb).

p. Dimensionar o projeto estrutural em observância às orientações contidas no Laudo Pericial de Engenharia e em observância às cargas mínimas constantes nas normas técnicas, podendo ser adotada proposta diferente da sugerida pelo laudo, desde que atenda a viabilidade técnica, econômica e a segurança estrutural.

q. Deverão ser realizados os levantamentos prévios necessários, por meio de análise dos projetos antigos existentes, conforme anexos referente aos projetos estrutural de fundação, locação de pilares, planta de ferragens das vigas, planta de locação de blocos e pilares, planta demontagem de vigas, planta de formas e ferragens de viga, planta de forma e ferragens de pilares planta do terreo, 1º piso e cobertura, todos presente neste processo, confrontando-os com a situação verificada "in loco", para elaboração das especificações de serviços e da planilha orçamentária. Devendo analisar os projetos de arquitetura, estrutura e demais instalações disponibilizadas pelo Contratante, de forma a integrar a nova estrutura à existente

### **xi.DOS PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA**

a. Nesta etapa, a elaboração do Projeto Básico será desenvolvida todos os elementos e informações necessárias para definir a intervenção proposta, em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seus aspectos técnicos, conceituais, quantitativos e executivos, com vistas à execução do reforço estrutural, o projeto básico deverá ser elaborado em função das análises e definições resultantes do Laudo Pericial de Engenharia, devendo ser dimensionado o sistema estrutural a ser adotado como reforço dos pilares, com apresentação dos detalhes de execução.

b. Deverá fornecer os subsídios mínimos necessários para a elaboração de um orçamento detalhado de custos.

c. Deverá estar acompanhado e compatibilizado com o projeto de arquitetura e demais projetos que possam ocasionar em incompatibilidades no andamento da obra e na operacionalização do edifício.

d. Produtos mínimos do Projeto Básico de Estruturas:

### 1. Estrutura de Escoramento Estrutural

i. Projeto de escoramento da área objeto de intervenção

ii. Planta de locação das escoras previamente dimensionada

iii. Detalhes dos pontos de apoio nas peças estruturais com indicativo das cargas que irão suportar

iv. Memorial contendo: descrição das soluções adotadas em nível estrutural, método de instalação e cálculo de dimensionamento;

v. Demonstrativo das intervenções nas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instalações existentes no prédio, tais como: remoção de instalações de ar condicionado, rede lógica, elétrica e hidro sanitárias.

### 2. Estrutura de concreto armado.

i. Projeto estrutural, com dimensões dos elementos estruturais, detalhamento das armaduras, quadro de aço, resumo de aço e características do concreto a ser utilizado, em escala mínima de 1:50; contendo plantas, cortes, fachadas, especificações da classe do concreto (fck), classe de agressividade do meio ambiente e relação água/cimento.

ii. Planta de locação e cargas da estrutura, em escala de 1:50, com indicação das cargas atuantes e cotas entre eixos dos elementos estruturais;

iii. Projeto de fundação, em escala mínima de 1:50, com a indicação do tipo de fundação adotada para dissipar as cargas apresentadas no projeto de reforço dos pilares, identificados pelo projeto estrutural e de locação.

iv. Plantas de forma, contendo a indicação de todos os elementos estruturais devidamente cotados e numerados em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ordem sequencial de cima para baixo e da esquerda para direita, quadro de áreas de forma e resumo geral de forma em m<sup>2</sup>, em escala mínima de 1:50;

v. Detalhes, em escala mínima de 1:50, de todos os furos e elementos.

vi. Quantificação de materiais, equipamentos e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custo, o cronograma físico financeiro e cronograma de montagem; utilizando as composições SINAPI (os códigos dos serviços e data base deverão estar presentes).

vii. Detalhes executivos e de interferência com outros projetos e com ambientes e elementos a serem preservados deverão ser analisados e aprovados nesta etapa.

viii. Planta de armação, com a classe do concreto (fck), a classe de agressividade do meio ambiente e a relação água-cimento, a indicação do tipo de aço e o cobrimento das armaduras;

ix. Memorial contendo: descrição das soluções adotadas em nível estrutural, método construtivo, cálculo de dimensionamento (cálculo de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dimensionamento,  
cálculo das áreas forma,  
cálculo do volume de  
concreto).

x.No memorial Descritivo  
deverá conter previsão de  
procedimentos para  
comprovação da  
resistência do concreto  
por meio de ensaios de  
compressão, no caso de o  
concreto ser produzido na  
obra; ou, no caso do  
emprego do concreto  
usinado, tal comprovação  
poderá ser realizada por  
meio da descrição  
presente na nota fiscal da  
empresa fornecedora do  
concreto usinado.

xi.No projeto deverá ser  
indicada a resistência do  
concreto a ser utilizado,  
as cotas de assentamento  
e o mapa de cargas.

e. Somente após a análise e  
aprovação do projeto básico pelos  
técnicos da CONTRATANTE, poderão  
ser iniciados os trabalhos referentes à  
fase seguinte.

### **xii.DO PROJETO EXECUTIVO E COMPLEMENTARES**

a. Deverá ser desenvolvido  
considerando-se as observações feitas  
pelo CONTRATANTE quando da  
análise do Projetos Básicos de  
Engenharia;

b. Os projetos executivos deverão  
trazer informações técnicas detalhadas e  
definitivas relativas à estrutura da  
edificação e a todos os seus elementos e  
materiais de construção;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Deverão estar acompanhados e compatibilizados com todos os projetos complementares, orçamento detalhado e definitivo de custos, caderno de encargos, maquete eletrônica de apresentação e todos os demais produtos vinculados ao contrato;

d. O projeto estrutural deverá conter, no mínimo:

e. Desenho de formas contendo:

1. Planta, em escala apropriada, de todos os pavimento;
2. Cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura;
3. Detalhes de juntas, impermeabilizações, nichos, orifícios e embutidos;
4. Indicação, por parcelas, do carregamento permanente considerado em cada laje, com exceção do peso próprio. Deverá ser feito desenho exclusivo com estas informações;
5. Indicação da resistência característica do concreto;
6. Indicação do esquema executivo obrigatório, quando o esquema estrutural assim sugerir;
7. Indicação das contra flechas;
8. Áreas de formas e volumes de concreto.

f. Desenhos de armações contendo:

1. Detalhamento, em escala apropriada, de todas as peças do esquema estrutural;
2. Especificação do tipo de aço;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### 3. Tabela e resumo de armação por folha de desenho.

g. Além da memória de cálculo, também deverão ser apresentados o memorial técnico descritivo e o memorial justificativo, em que deverão ser descritas as ações consideradas no cálculo de cada peça estrutural, o esquema de cálculo que elegeu o carregamento mais desfavorável de cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, o esquema para o cálculo dos esforços em cada peça estrutural ou conjunto de peças estruturais, os valores dos esforços de serviço oriundos da resolução dos esquemas de cálculo, os critérios de dimensionamento de cada peça estrutural e, se for requerida uma determinada sequência de execução, a justificativa dos motivos de sua necessidade.

### h. As peças técnicas deverá conter, ainda, a relação de produtos mínimos do Projeto de Estrutura:

#### 1. Plantas de armação com indicação de:

- i. Seções longitudinais de todas as vigas, mostrando a posição, a quantidade, o diâmetro e o comprimento de todas armaduras em escala adequada;
- ii. Seção longitudinal de todos os pilares, mostrando posição, a quantidade, o diâmetro, o comprimento e os transpasses de todas as armaduras longitudinais;
- iii. Seção transversal de todos os pilares, com demonstração das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

armaduras longitudinais e transversais (estribos).

2. Plantas de forma contendo indicação de valor e localização da contra flecha em vigas e lajes, bem como indicação da seção transversal das vigas e pilares;

3. Indicação do Fck do concreto para cada elemento estrutural;

4. Quadro resumo de barras de aço contendo posição (numeração da ferragem), diâmetro da barra, quantidade de barras, massa em kg das barras;

5. Planilha orçamentária que deverá observar os critérios estabelecidos no Item “DOS ORÇAMENTOS” deste Projeto Básico;

i. Para as entregas deverão ser observados os critérios estabelecidos no Item “Apresentação dos Projetos” deste PB;

j. Projeto de fundação

1. A CONTRATANTE fornecerá os projetos das fundações existentes do edifício sede, onde estão ancorados os pilares, para subsidiar a amarração do reforço dos pilares aos blocos de fundações, observando-se o contido no Laudo Pericial de Engenharia.

2. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todos os documentos comprobatórios da realização de todos os ensaios preconizados pela mecânica dos solos, de forma a permitir uma análise criteriosa do projeto a ser apresentado pela



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA, de acordo com o prescrito no capítulo 4 da NBR-6122 (NB-51).

3. A elaboração do projeto de fundações obedecerá rigorosamente às Normas Técnicas Brasileiras, NBR-6122 da ABNT ou suas atualizações, no que forem aplicáveis, além dos demais dispositivos legais pertinentes, do projeto de cálculo estrutural e das demais prescrições.

4. Se houver necessidade de reforço nas fundações, estas deverão ser executadas de acordo com as indicações dos laudos de sondagens a serem providenciados pela CONTRATADA

k. Relação de produtos mínimos dos Projetos:

1. Plantas de locação dos pilares e respectivas cargas;
2. Plantas de locação das estacas, tubulões ou sapatas, com os detalhes construtivos e armações específicas; se comprovadamente necessários.
3. Plantas de armadura, inclusive quadro resumo do quantitativo de cada bitola de aço, forma e volume de concreto, indicação do tipo de concreto e da resistência característica (fck), indicação das juntas de concretagem e das juntas de dilatação;
4. Plantas de detalhamento, se necessário;
5. Relatório técnico, onde serão apresentados os critérios de orientação do projeto estrutural,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a descrição detalhada e as características das soluções, e o detalhamento e execução da obra (detalhes de cura e desforma)., etapas de execução, observando-se o espaço temporal entre a execução dos 4 pilares da face Norte e os 4 pilares da face Sul.

6. Planilha orçamentária (orçamento global detalhado), contendo as planilhas sintética, analítica ou de composição de custos, cotações);

7. Cronograma físico financeiro de execução da obra;

8. especificações de materiais e serviços.

### **1. RELAÇÃO DOS PROJETOS:**

01	Projeto de escoramento estrutural
02	Projeto de reforço e recuperação estrutural
03	Projeto complementar do sistema elétrico e de iluminação
04	Projeto complementar do sistema de rede lógica
05	Projeto complementar dos sistemas condicionadores
06	Projeto complementar do sistema hidrossanitário
07	Projeto de recuperação arquitetônica

m.

### **xiii.DOS ORÇAMENTOS**

a. A elaboração dos orçamentos deverá obedecer às orientações estabelecidas pelo Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos orçamentos da União, e dá outras providências.

b. Para cada projeto/serviço, a CONTRATADA elaborará uma planilha de orçamento contendo obrigatoriamente, além da informação do percentual máximo admitido para bonificações e despesas indiretas (BDI), os seguintes campos para cada serviço:

1. Item;
2. Discriminação;
3. Unidade de medida;
4. Quantidade total;
5. Custo unitário de material;
6. Custo unitário de mão de obra;
7. Custo unitário total;
8. Custo total de material;
9. Custo total de mão de obra;
10. Custo total.

c. Os serviços deverão ser separados por especialidade e agrupados por etapa de execução, incluindo em cada grupo, custos de administração central, de forma a permitir a perfeita visualização orçamentária de cada etapa da execução e os custos envolvidos;

d. A codificação dos itens e os custos unitários deverão estar compatíveis com os valores de referência indicados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) publicada até a data de entrega do Projeto Básico;

e. Em situações excepcionais, ou quando não houver valor de referência no SINAPI, mediante justificativa, serão adotados valores de referência obtidos a partir de outras fontes, preferencialmente de origem pública, ou





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

metodologias. Nesses casos, as fichas de composição de custos unitários deverão ser anexadas à planilha de orçamento, com indicação dos procedimentos adotados;

f. Os Orçamentos Descritivos e as Folhas Resumo deverão contemplar todos os serviços necessários para a execução e conclusão da obra e a perfeita utilização das instalações, tais como: movimentos de terra, pavimentações, sinalizações vertical e horizontal, além de intervenções em instalações elétricas, telefonia, dados, água fria, esgoto, águas pluviais, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, ligações com as redes públicas, desmontagem e montagem das instalações de ar condicionado de forma a manter o funcionamento do restante da edificação, enfim todos os locais que sofreram alguma intervenção e se fizer necessário sua restauração em conformidade com o status quo antes da obra;

g. Os orçamentos deverão ser elaborados com composições desoneradas e não desoneradas considerando a variação do BDI. Ao final, deverá ser adotado o orçamento que proporcione os menores custos para a administração, mediante comprovação à fiscalização do contrato;

h. Deverão ser previstos no orçamento de obra os custos referentes à instalação do Canteiro de Obras visando a Prevenção da Poluição na Atividade da Construção, pré-requisito básico para o início das obras, assim como valores de registros, consultorias e aprovações necessários na etapa da obra.

i. Deverá ser considerado o trabalho em finais de semana e feriado, se necessário, tendo em vista a urgência que a obra requer.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

j. Os orçamentos devem ser entregues em formato XLSX totalmente compatível com SISTEMA VOLARE.

### **xiv.DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

1. A CONTRATADA para atender ao LOTE 01 deverá apresentar um cronograma físico-financeiro estimativo de execução dos serviços de escoramento, recuperação, reforço estrutural e complementares. O cronograma em questão deverá prever marcos da execução associados a eventos de pagamento de modo que as etapas dos serviços, para fins de pagamento, sejam fisicamente caracterizadas e de fácil conferência. Não serão considerados eventos que correspondam a percentuais de execução parcial, por exemplo, conclusão de 30% (trinta por cento) da execução das formas (a etapa deverá ser conclusão da colocação das formas);

2. Os custos de administração local deverão ter seu pagamento previsto de forma diretamente proporcional à execução física dos trabalhos de escoramento, recuperação, reforço estrutural e complementares, considerando que estes serão realizados no horário permitido pelo Tribunal, que atualmente se dá entre 08h00 e 18h00 em dias úteis e em horário livre nos finais de semana e feriados;

3. Os custos unitários deverão considerar a necessidade de realização de trabalhos em horários noturnos e/ou nos finais de semana sempre que a atividade assim exigir;

4. O período estimado para a execução dos serviços de escoramento, recuperação, reforço estrutural e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

complementares foi fixado em 150 (cento e cinquenta) dias;

5. Curva ABC dos serviços, considerando que o "ramo A" engloba os serviços com custo acumulado menor ou igual a 80%; o "ramo B" engloba os serviços com custo acumulado maior que 80% e menor que 95%; e o "ramo C" engloba os demais serviços.

6. As fases de escoramento estrutural e de recuperação e reforço estrutural deverão ser separadas em duas etapas, na seguinte forma:

1. Etapa 1: Face Norte, correspondente aos pilares: PL-12 (RPL-12), PL-24 (RPL-24), PL-36 (RPL-36) e PL-48 (RPL-48)

2. Etapa 2: Face Sul, correspondente aos pilares: PL-1(RPL-1), PL-13 (RPL-13), PL-25 (RPL-25), PL-37 (RPL-37)

3. O cronograma de execução deverá prever que primeiro será executada a recuperação da Face Norte e posteriormente a execução da Face Sul;

4. O intervalo entre a execução das faces norte e sul será determinado pelo tempo necessário à conclusão da execução do Projeto de Reforço e Recuperação Estrutural e Complementares, desmobilização, relocação física dos ambientes do TRE-RO e remobilização.

## **2.DO APOIO E ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ESCORAMENTO**

### **I.CONDIÇÕES GERAIS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Serão executados Serviços Técnicos Especializados de Apoio e Assistência à Fiscalização na execução do projeto de escoramento da face norte do Edifício Sede do TRE-RO;
- b. Para que possa existir uma proatividade em todo o processo de apoio e assistência a fiscalização, faz-se necessária a constituição de um corpo técnico especializado, que auxilie na supervisão das ações da execução da obra, no que se refere a: acompanhamento técnico e controle da execução; supervisão e apoio a fiscalização da execução da obra e serviços, bem como o levantamento de dados e informações durante a execução da obra e serviços;
- c. A Contratada para elaboração dos projetos de escoramento e reforço estrutural e seus complementares, deverá prestar, após a realização de licitação da execução do projeto de escoramento elaborado, os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução do escoramento do prédio sede TRE-RO.
- d. O custo para os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de escoramento do prédio sede TRE-RO deverá estar incluído na proposta da Contratada e deverá ser prestado durante todo o período da execução do escoramento da face norte, em conformidade com o cronograma de execução dos serviços, conforme especificado no momento da elaboração dos projetos de escoramento e reforço estrutural.
- e. A Contratada deverá acompanhar todo o andamento dos serviços, auxiliar, assistir e subsidiar a equipe de fiscalização da SEMAP/TRE-RO com as atividades pertinentes a essas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atribuições, nos termos do art. 67, caput, da Lei nº 8.666/1993, no controle técnico e financeiro para que os serviços de escoramento sejam executados adequadamente;

f. A Contratada, **durante o período de execução** do escoramento, deverá manter na obra, com presença mínima de **2 (duas) horas diárias**, o Responsável Técnico pelo apoio à fiscalização;

g. Deverá, ainda, prever profissional, em **caracter eventual**, com experiência comprovada nas áreas de engenharia mecânico, eletrônico, de redes e/ou eletricista que deverá acompanhar serviços específicos de sua área de competência, tais como instalações elétricas, ar-condicionado, CFTV, automação, cabeamento estruturado, prevenção, detecção e combate a incêndio e pânico, etc. devendo ser chamados para fiscalizarem a aplicação, recebimento de materiais e equipamentos, montagem e testes finais para ateste de recebimento, para subsidiar o processo de acompanhamento do engenheiro fiscal da Contratada, cujo o total de horas previstas será de **30 horas técnicas**.

h. A Contratada será, obrigatoriamente, a corresponsável pela boa execução dos serviços contratados, devendo assinar todos os documentos pertinentes à fiscalização.

i. A Contratada de apoio e assistência à fiscalização deverá proceder a um contínuo acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da execução do escoramento, portanto para o bom desenvolvimentos dos serviços deverá realizar inspeções nas quais identifiquem serviços fora da conformidade do projeto executivo, rejeitando qualquer serviço executado



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equivocadamente, ou em desacordo com as orientações contidas nas especificações da contratação da execução do projeto executivo, comunicar à Contratada da execução e ao corpo de fiscalização do TRE-RO sobre possíveis pendência e/ou irregularidades detectadas na execução dos serviços contratados, bem como prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela TRE-RO e por parte da empresa Contratada da execução do projeto executivo.

j. Sempre que necessários serão solicitados, à Construtora, ensaios para aferição da qualidade dos materiais a serem empregados. A Contratada deverá buscar o esclarecimento de dúvidas, da Construtora, junto aos seus projetistas

k. A fiscalização será sempre exercida de forma preventiva, ou seja, de modo a acompanhar o planejamento dos serviços e orientar a executora dos projetos na melhor forma de atuar no sentido de cumprir rigorosamente os projetos e especificações; assim como deverá estar sempre atuante com relação ao atendimento de normas de segurança do trabalho e melhores práticas de execução dos serviços

l. A Contratada deverá comunicar à SEMAP e à Construtora, por escrito, os problemas detectados no canteiro dos serviços, na data da identificação, independentemente de sua complexidade, além das providências que julgar necessárias para saná-los, cabendo a SEMAP a notificação da Construtora dos fatos ocorridos.

m. Todas as medições dos serviços, emitidas pela Construtora, serão conferidas e atestadas pela Contratada antes de serem certificadas pela fiscalização do TRE-RO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. Para subsidiar a aceitação das medições enviadas à SEMAP, a Contratada deverá elaborar Relatório contendo todo o detalhamento e memória de cálculo dos serviços efetuados; catálogos e referências dos serviços ou materiais utilizados; termos de garantia de serviços e materiais específicos utilizados; relatório fotográfico que contenha registro de todas as atividades que estão sendo objeto de medição.

o. O Relatório citado deverá conter Tabelas de Valores Previstos e Realizados; Curva "S"; Valores estimados e realizados, mensais e acumulados; Controles físicos e financeiros; Acompanhamento da execução orçamentária; Cronograma físico de acompanhamento - Previsto e Realizado.

p. A medição será realizada pela Construtora e conferida pela Contratada, devendo ser feitos pela Contratada os cálculos pertinentes e elaborado Relatório de Medição com todo o memorial de cálculo, a fim de subsidiar o processo de pagamento pela SEMAP; como critério geral, somente poderão ser pagos eventos efetivamente concluídos com a qualidade desejada.

q. Deverão ser feitas reuniões da Fiscalização da SEMAP/TRE-RO com as Contratadas para repasse do andamento geral dos serviços com duração total mínima de 2 horas semanais, podendo ser distribuídas de acordo com a conveniência do TRE-RO e com acordo prévio entre as partes; nestas reuniões é imprescindível a presença dos Responsáveis Técnicos;

r. A Contratada registrará, no Diário de Obras, as ocorrências que impactem o ritmo de execução e que tenham relação com a boa execução dos projetos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaborados pela Contratada, seja na forma preventiva ou corretiva durante o processo executivo da obra, observando-se que tais registros no Diário de Obras não excluem a necessidade de serem formalizados ao TRE-RO.

s. A Contratada **elaborará um Relatório Semanal** que compreenderá, de forma sucinta, o registro dos serviços executados no período por meio de estimativas de percentuais físicos realizados dos eventos constantes da tabela de pagamentos; resumo dos problemas e dificuldades identificados pela Contratada por meio das comunicações formais da Contratada ao TRE-RO, assunto e soluções ou providências adotadas pela Construtora. Deverão ser encaminhadas registro fotográfico dos principais serviços, com data de sua realização; conclusão contendo o atual estágio do serviço, andamento geral da obra, solução para os problemas encontrados e solicitação de medidas a serem tomadas.

t. Antes da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a Contratada deverá agendar, coordenar e conduzir a vistoria técnica junto à fiscalização da SEMAP/TRE-RO e à Construtora, bem como encaminhar soluções às eventuais pendências identificadas, visando subsidiar o recebimento definitivo do serviço; deverá também **elaborar parecer de aprovação dos serviços e recomendações para seu recebimento provisório**, acompanhado de check-list de pendências e respectivas soluções.

u. Antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a Contratada deverá analisar e aprovar a documentação "as-built" de todas as intervenções ocorridas que alteraram o projeto original executadas e a realizar, em conjunto com a Construtora, aprovar



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a condição de aptidão final ao uso dos locais interditados pela obra. Por fim, deverá **elaborar relatório final** de gerenciamento dos serviços acompanhados, em via física e digital, contendo, no mínimo: compilação da documentação produzida ao longo do acompanhamento dos serviços; avaliação dos resultados; aprovação da conclusão dos serviços e recomendações para seu recebimento final.

### **II.DAS RESPONSABILIDADES**

- a. Por todos os serviços que executar concernentes ao objeto do presente Projeto Básico, relativos ao apoio e assistência a fiscalização da execução da obra de escoramento;
- b. Pelo fornecimento frequente à fiscalização do TRE-RO, de informações e/ou relatórios contendo possíveis não conformidades quanto ao cumprimento pela empresa executora da obra ou serviço de escoramento.
- c. Pelo acompanhamento técnico nos recebimentos Provisórios e Definitivos das obras e serviços executados;
- d. Por disponibilizar à fiscalização do TRE-RO de relatórios fotográficos de todas as etapas relevantes da obra;
- e. Por atestar os quantitativos e a qualidade da execução da obra e/ou serviços de execução do escoramento prestados pela empresa construtora;
- f. Pela identificação, com base nas informações disponíveis e/ou geradas pela própria consultora, de eventuais distorções no planejamento inicial, no que concerne à qualidade, prazo e custo, propiciando à fiscalização do TRE-RO a tomada de decisões, tempestivas, no sentido de corrigi-las;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g. Pelos elementos, dados, informações, registros, análises e conceituações sobre as obras;
- h. Pelo acompanhamento físico-financeiro do contrato de execução da obra;
- i. Por repassar à fiscalização do TRE-RO as informações geradas, visto que as mesmas serão de propriedade do órgão.
- j. Por toda a documentação técnica elaborada pela contratada relativa a obra, as quais são de propriedade, exclusiva do TRE, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier;
- k. Por não transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para execução dos serviços, salvo com prévia autorização da fiscalização do TRE-RO;
- l. Pelos ensaios, levantamento, informações, registros e análises sobre a obra e/ou serviço;
- m. Pelo controle de qualidade e consumo dos materiais utilizados na obra;
- n. Atendimento à fiscalização, quando solicitada, na elaboração de relatórios quinzenais, a verificação da efetividade da gestão da qualidade técnica da obra;
- o. Elaboração de relatório quinzenal e final e de atividades;
- p. Realização do controle tecnológico dos materiais e serviços executados com a verificação e ateste da qualidade de serviços executados pela empresa construtora;
- q. Acompanhamento do cronograma de execução, relatando a fiscalização do TRE-RO qualquer atraso que venha a comprometer o prazo final da obra.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

r. Acompanhar os serviços de execução da obra e/ou serviço, verificando a qualidade dos materiais utilizados e a compatibilidade dos mesmos com as normas vigentes e com o projeto aprovado.

s. Ajustar, logo no início dos serviços, o procedimento executivo para que o material atenda às especificações e, no decorrer das obras, verificar, por amostragem, a fidelidade dos controles tecnológicos executados pela construtora.

t. Acompanhamento técnico e controle de obras através de inspeções periódicas;

u. Elaborar o “As Built” final da obra.

### **III.DAS ENTREGAS**

a. Os serviços de apoio e assistência à fiscalização da execução do escoramento estão estruturados em 03 (três) entregas/produtos, conforme abaixo descrito:

#### **b. Produto 1: Relatório de acompanhamento Técnico e Controle da obra**

1. Frequência: quinzenal

2. Descrição: A Contratada deverá promover avaliações periódicas da obra e serviço integrante da ação de execução da obra de escoramento e reforço estrutural, demonstrando a qualidade executiva, operacional e de equipamentos, produtividade, cumprimento de prazos e análise financeira e de desempenho da obra, dentre outras.

3. Atividades:

i. Caberá a Contratada acompanhar e monitorar



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a execução da obra e apoiar a fiscalização do TRE-RO na comparação da execução física com a execução financeira da obra, de modo a corrigir eventuais desvios e com o objetivo de preparar as informações necessárias para as estimativas do fluxo de pagamentos;

ii. Efetuar o controle da evolução física dos empreendimentos, mediante informações a serem obtidas junto à empresa executora da obra e/ou serviços e por meio da realização de visitas técnicas às obras, juntamente com a fiscalização. Neste caso, deverão ser elaborados relatórios que incluam as Curvas de Valor Agregado (Curvas S), mensal e acumulada, respectivamente;

iii. Monitorar e acompanhar a construtora, verificar o cumprimento das obrigações do contratado, informando “pari passu” à fiscalização do TRE-RO, de eventuais desvios;

iv. Por disponibilizar à fiscalização do TRE-RO relatórios fotográficos de todas as etapas das obras, consideradas relevante;

v. Desde que demandado pela fiscalização do TRE-RO, analisar e/ou emitir pareceres técnicos emitidos sobre eventuais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

propostas das construtoras, particularmente os referentes às alterações de projeto na fase de execução das obras, ou modificação de prazo para contratos, convênios e instrumentos congêneres, com apoio das atividades dos demais produtos envolvidos na revisão;

vi.No caso de haver necessidade de alterações de projeto na fase de execução da obra ou modificação de prazo, o Contratado deverá elaborar uma análise prévia e encaminhar à fiscalização do TRE-RO.

vii.Caso existam composições que não possuem a estrutura referencial do SINAPI, deverá ser apresentada a análise da viabilidade da nova composição.

viii.Coletar, organizar e manter, à disposição da fiscalização, dados e informações relativas a execução da obra; bem como efetuar registros, elaborar análises e emitir pareceres relativos à obra e serviços;

ix.Vistoriar periodicamente as dependências das obras suas respectivas áreas de apoio a fim de observar a conformidade com os projetos elaborados e entregues a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Construtora, bem como realizar registros fotográficos datados com a finalidade de inserir na elaboração dos relatórios de acompanhamento das atividades de obra.

### **c. Produto 2: Supervisão e Apoio à Fiscalização das Obras e Serviços**

1. Frequência: quinzenal
2. Descrição: Deverá disponibilizar equipe formada por profissionais especializados que acompanharão “in loco” a execução da obra e serviços integrantes do escoramento e reforço estrutural
3. Atividades:
  - i. Verificar, durante o mês dos serviços, a execução de cada etapa do cronograma da obra contratada e informar se os resultados foram efetivos e individualmente alcançados, bem como verificar se a construtora está efetuando os ensaios e controles exigidos para os materiais e serviços;
  - ii. Os ensaios e controles, realizados ao longo do mês anterior ao da medição, necessários à verificação da fidelidade dos controles tecnológicos realizados pela construtora e a avaliação mensal, deverão ser disponibilizados oficialmente à fiscalização do contrato,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

visto que os mesmos servirão de condição prévia para aceitação e medição dos serviços executados; esta manifestação não exime a construtora de suas responsabilidades pelos serviços realizados;

- iii. Quando solicitado, emitir parecer (es) conclusivo (s) e apresentar à fiscalização do TRE-RO os resultados obtidos relativos a Revisão (ões) do (s) Projeto(s) em fase de execução de obras e/ou serviços, bem como modificação de prazo, com fundamentação técnica, que motivaram as modificações quantitativas e qualitativas;
- iv. Engenheiro da consultora deverá percorrer a área objeto do escoramento, para se certificar do controle de qualidade dos serviços executados, conforme especificações estabelecidos no projeto e de acordo com os padrões de excelência exigidos nos manuais, normas e especificações técnicas.
- v. Verificar o cronograma de execução da obra constante do projeto e, se solicitado pela fiscalização, efetuar a sua reelaboração, em conjunto com a construtora e fiscalização do TRE-RO;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vi. Acompanhar a execução da obra contratada e o cumprimento, pela construtora, das obrigações contratuais e informar tempestivamente à fiscalização do TRE-RO a constatação de serviços que estejam sendo executados em desacordo com o projeto e ou especificações técnicas, bem como demais ocorrências em que caibam o registro e a comunicação formal;

vii. Acompanhar junto à construtora a execução e o controle de qualidade da obra e/ou serviços executados, quanto ao cumprimento às exigências dispostas em normas específicas para cada um, assim como, atestar quanto a qualidade dos mesmos;

viii. Caso sejam observados desvios em relação às prescrições das normas em vigor, a consultora informará, incontinenti, à fiscalização do TRE-RO, sobre o problema observado e a providência tomada;

ix. Verificar o cumprimento, pela construtora, das obrigações contratuais e informar tempestivamente à fiscalização do TRE-RO a constatação de serviços que estejam sendo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executados em desacordo com o projeto e ou especificações técnicas, bem como demais ocorrências em que caibam o registro e a comunicação formal. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas a fiscalização através de notificações com fotos, bem como constar no diário de obras,

- x. Efetuar e atestar as medições mensais dos serviços de obras executadas pela Construtora, os quantitativos e a qualidade da prestação das obras pela empresa construtora e submetê-la, com os elementos e dados de campo, à aprovação pela Fiscalização do TRE-RO.
- xi. Esclarecer dúvidas e prestar as informações de projeto necessárias à completa e adequada execução das obras pela construtora;
- xii. Acompanhar a implantação, no campo, das soluções previstas no projeto, quando solicitado. Caso venham a ocorrer situações específicas, em que determinadas soluções de projeto não estejam suficientemente claras, ou com nível de detalhamento tal que impossibilite a sua



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

implementação no campo, a consultora deverá informar à fiscalização e elaborar o detalhamento pertinente, quando couber, de forma a possibilitar a execução do serviço em questão;

xiii. Quando solicitado, participar de soluções, em conjunto com a construtora e/ou a Fiscalização do TRE-RO, de questões técnicas e/ou contratuais da obra, seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas.

### **d. Produto 3: Inspeção Extraordinária de Emergência, Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obra e Serviços**

1. Frequência: quinzenal
2. Descrição: Quando demandado pela Fiscalização do contrato, a empresa vencedora da licitação deverá disponibilizar equipe formada por profissionais especializados, para supervisionar e apoiar à fiscalização na execução da obra e na realização de inspeção extraordinária.

#### **3. Atividades:**

- i. Nesta atividade serão coletadas e fornecidas à Fiscalização do TRE-RO, informações que irão subsidiar decisões para situações de emergência que surgirem por fato superveniente, para as quais os segmentos não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estão contemplados na presente contratação.

e. Fará parte, ainda da documentação a ser entregue, relatórios semanais contendo os detalhamentos de execução, acompanhado com fotos da obra; Pareceres de aprovação de serviços; relatórios final da execução dos serviços, além das notificações realizadas durante o período objeto do relatório

### **B. LOTE 02 - ITEM ÚNICO - DO APOIO À FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**

#### **1.CONDIÇÕES GERAIS**

- i. Contratação de pessoa jurídica para a execução dos Serviços Técnicos Especializados de Apoio e Assistência à Fiscalização na **Elaboração dos Projetos de Escoramento, Reforço Estrutural e complementares** da área afetada pelo dano estrutural do Edifício Sede do TRE-RO, que deverão ser executados por empresa de consultoria especializada em engenharia estrutural ou que tenha comprovada experiência técnica, com habilitação requerida no presente edital, para dar o suporte técnico necessário e indispensável à atribuição fiscalizatória do TRE/RO de fiscalizar elaboração de projetos de reforço estrutural de acordo com o apontado no laudo pericial de engenharia, evento, assim como, subsidiá-lo com informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, conforme estabelecido no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores
- ii. A proponente vencedora do LOTE 01 estará automaticamente desqualificada para participar do LOTE 02;
- iii. Os serviços de fiscalização consistem na análise e atestação do cumprimento dos requisitos técnicos e normativos pela empresa contratada pelo TRE/RO para elaboração dos projetos conforme **LOTE 01 - ITEM 1. - DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS;**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iv. Os prazos e etapas de execução do apoio à fiscalização seguirão o definido no item **DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** deste PB;

v. Compreendem também o objeto desta contratação a análise e emissão de parecer técnico pela CONTRATADA sobre a regularidade técnica e legal acerca de:

a. **Questões complementares relacionadas aos projetos:**

Eventualmente e sob demanda do CONTRATANTE: acerca de eventuais questões técnicas decorrentes e relacionadas à elaboração dos projetos;

b. **Adequações ou alterações supervenientes dos projetos básicos ou executivos:**

Eventualmente e sob demanda do CONTRATANTE: ocorridas após o conclusão das análises desses documentos, decorrentes da alteração de diretrizes para os projetos originadas na própria Administração ou em fatos de terceiros, principalmente de órgãos públicos.

c. **Melhor proposta técnica:**

a Contratada para o apoio e assistência à fiscalização deverá emitir parecer sobre a proposta técnica de sobre o projeto de Escoramento e Reforço Estrutural apresentada pela empresa responsável pela elaboração dos projetos.

vi. O processo de apoio e assistência a fiscalização da elaboração dos projetos de escoramento, reforço estrutural e complementares, faz-se necessária a constituição de um corpo técnico especializado, que auxilie na supervisão das ações da elaboração dos projetos, no que se refere a acompanhamento técnico e controle da elaboração dos projetos;

vii. A Contratada, **durante o período da Elaboração dos Projetos de Escoramento,**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Reforço Estrutural e complementares**, deverá manter disponível um profissional legalmente habilitado, com no mínima de **(10) horas diárias**, com comprovação de capacidade técnica em elaboração de projetos de escoramento e de reforço estrutural, sendo que tal profissional deverá ter experiência mínima em elaboração de projetos e execução de serviços de engenharia comprovada de 10 (dez) anos, sendo que o total de **horas estimadas será de 100 horas**;

viii. Deverá, ainda, prever profissional, em **caracter eventual**, com experiência comprovada nas áreas de engenharia mecânico, eletrônico, de redes e/ou eletricista que deverá acompanhar serviços específicos de sua área de competência, tais como instalações elétricas, ar-condicionado, CFTV, automação, cabeamento estruturado, prevenção, detecção e combate a incêndio e pânico, etc. devendo ser chamados para fiscalizarem a aplicação, recebimento de materiais e equipamentos, montagem e testes finais para ateste de recebimento, para subsidiar o processo de acompanhamento do engenheiro fiscal da Contratada, cujo o total de horas previstas será de **24 horas técnicas**.

ix. A medição para o pagamento da elaboração dos projetos de Escoramento, Reforço Estrutural e Complementares, com todas as peças técnicas exigidas no edital, emitidas pela Contratada para elaboração dos projetos, será conferida e atestada pela Contratada antes de serem certificadas pela fiscalização do TRE-RO.

x. A prestação dos serviços de apoio à fiscalização dos projetos - em conformidade com os projetos, planilhas e memoriais contratados pela Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - estará submetida aos padrões definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, normas internacionais e, ainda, às regras e condições definidas neste projeto básico.

xi. A CONTRATADA deverá indicar como responsáveis técnicos profissionais com habilitação plena, legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU para atuar como fiscais dos serviços listados na Tabela 1 deste projeto básico.
- xii.O CONTRATANTE enviará os projetos - ou, a seu critério, as eventuais questões pontuais surgidas durante sua elaboração - diretamente à CONTRATADA.
- xiii.O CONTRATANTE não fornecerá cópias plotadas dos projetos. A CONTRATADA receberá os mesmos arquivo digitais recebidos da empresa responsável pela elaboração dos projetos.
- xiv.Recebidos os projetos, a CONTRATADA deverá analisar e emitir parecer técnico acerca dos trabalhos entregues, concluindo se os serviços obedeceram às normas definidas no Projeto Básico nº 11, evento 0586996.
- xv.Nos pareceres técnicos apresentados cada um dos profissionais indicados pela CONTRATADA deverá realizar as atividades e entregar os produtos definidos na Tabela Atividades abaixo:

<b>TABELA ATIVIDADES</b>		
<b>DEMANDAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>PRODUTOS/RESULTADOS</b>
PROJETOS BÁSICOS	Análise dos projetos, contendo fundamentação técnica, com indicação obrigatória das normas técnicas aplicáveis e legislação, de modo a verificar se estão em conformidade com o Projeto Básico, evento <a href="#">0586996</a> , normas e diretrizes das concessionárias e órgãos públicos	PARECER CONCLUSIVO de conformidade dos projetos registrados expressamente com as normas e elementos, informações, análises e conclusões exigidas pelo Projeto Básico, evento <a href="#">0586996</a> , diretrizes das concessionárias e órgãos públicos afins de forma fundamentada tecnicamente,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA ATIVIDADES		
	afins.	adequações no para atendi encargos p definidos.  Realizar a RE dos projeto eventualidade sugerido adequ primeira análise de <b>CONCLUSIVO</b> os mesmos exigidos para a projetos.  <b>Relatório</b> <b>intemediário</b> , as pelo Coordena serviços de fi contendo todas dos projetos rela cada uma da destacando n os pontos relev eventuais incon identificadas e relação entre ele
PROJETOS EXECUTIVOS	Análise dos projetos, contendo fundamentação técnica, com indicação obrigatória das normas técnicas aplicáveis e legislação, de modo a verificar se estão em conformidade com o Projeto Básico, evento <a href="#">0586996</a> , normas e diretrizes das concessionárias e órgãos públicos	PARECER <b>CONCLUSIVO</b> conformidade projetos registrar expressamente se eles contém elementos, informações, análises e con exigidas pelo Básico, event normas e dire concessionárias públicos afins de forma fun tecnicamente, adequações no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA ATIVIDADES		
	afins.	<p>para atendimento dos encargos previstos nos projetos definidos.</p> <p>Realizar a REVISÃO dos projetos de eventualidade sugerido adequando a primeira análise de CONCLUSIVO dos mesmos exigidos para análise.</p> <p><b>Relatório intermediário,</b> a ser elaborado pelo Coordenador dos serviços de fiscalização contendo todas as informações dos projetos relacionados em cada uma das etapas, destacando os pontos relevantes e eventuais inconformidades identificadas e a relação entre eles.</p>
QUESTÕES COMPLEMENTARES RELACIONADAS AOS PROJETOS (1)	Análise das eventuais questões técnicas decorrentes e relacionadas à elaboração dos projetos, com indicação obrigatória das normas técnicas aplicáveis e legislação, de modo a verificar se elas podem ser integradas ou compatibilizadas com o Projeto Básico, evento <a href="#">0586996</a> ,	<p><b>PARECER CONCLUSIVO</b> sobre a questão com registro expresso no parecer se contém todos os elementos, informações, análises e conclusões que possa ser ou compatibilizada com o Projeto evento <a href="#">0586996</a>, diretrizes concessionárias públicas afins de forma funcional e tecnicamente,</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA ATIVIDADES		
	normas e diretrizes das concessionárias e órgãos públicos afins.	adequações na apresentada.  Realizar a REAM questão técnica eventualidade sugerido adequ primeira análise de CONCLUSIVO os mesmos exigidos para análise.  <b>Relatório intermediário</b> , a pelo Coorden serviços de fi contendo todas dos projetos rela cada uma da destacando n os pontos relev eventuais incon identificadas e relação entre hajam.
ADEQUAÇÕES OU ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES DOS PROJETOS BÁSICOS OU EXECUTIVOS (2)	Análise dos projetos, contendo fundamentação técnica, com indicação obrigatória das normas técnicas aplicáveis e legislação, de modo a verificar se estão em conformidade com o Caderno de Especificações Técnicas, normas e diretrizes das concessionárias e	<b>PARECER CONCLUSIVO</b> conformidade projetos registrados expressamente se eles contêm elementos, informações, análises e con exigidas pelo Básico, event normas e dire concessionárias públicos afins de forma fun tecnicamente,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>TABELA ATIVIDADES</b>		
	órgãos públicos afins.	adequações atendimento dos  Realizar a RE dos projetos eventualidade sugerido adequ primeira análise de <b>CONCLUSIVO</b> os mesmos exigidos para análise.  <b>Relatório final</b> pelo Coorden serviços de fi contendo todas dos projetos rela cada uma da destacando n os pontos relev eventuais incon identificadas e relação entre ele
<b>NOTAS:</b>  (1) - Os pareceres complementares relacionados à elaboração dos podem ser demandadas para subsidiar a Administração contratante soluções técnicas constantes dos projetos e deve envolver to normativos.  (2) - As adequações ou alterações supervenientes dos projetos básico a aprovação desses documentos, podem decorrer da alteração originadas na própria Administração ou em fatos de terceiros, princ		

## **2.DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES**

### **i.Produto 1: Parecer sobre os Estudos Preliminares, Anteprojetos de Escoramentos, de reforço estrutural e complementares de Recuperação**

- a. Frequencia: na entrega dos anteprojetos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Descrição: trata-se da etapa de apresentação de proposta de solução técnica do projeto a ser elaborado, no qual a Contratada para elaboração dos projetos poderá optar por solução diferente daquela sugerida pelo perito do laudo, cabendo a Contratada de apoio e assistência a fiscalização emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade técnica e econômica da proposta.

c. Atividades

1. Emitir parecer conclusivo e apresentar a fiscalização do TRE-RO, com o devido amparo das normas e especificações técnicas aplicáveis;

2. Caso sejam observados desvios em relação às prescrições das normas em vigor, a consultora informará, incontinenti, à fiscalização do TRE-RO, sobre o problema observado afim de balizar os questionamentos junto a Contratada para a elaboração dos projetos.

3. Esclarecer dúvidas e prestar as informações de sobre a documentação apresentada.

### **ii. Produto 2: Relatório de análise intermediário e final dos projetos Básicos e Executivos de Escoramentos, de reforço estrutural e complementares de Recuperação**

a. Frequência: na entrega dos projetos elaborados

b. Descrição: Corresponde a elaboração, de forma detalhada, de um relatório sobre toda a documentação apresentada pela pessoa jurídica responsável pela elaboração dos projetos de escoramento, reforço estrutural e complementares, exigida no edital de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, bem como o atendimento às especificações técnicas e normativas que tratam do objeto contratado.

### **c. Atividades**

1. Elaborar o relatório intermediário na qual deverá analisar e demonstrar que os projetos entregues atenderam a todas as especificações dispostas neste projeto básico.

2. Elaborar o relatório final quando da entrega definitiva de todas as peças técnicas, plantas, memoriais, orçamentos e demais documentos especificados pelo TRE-RO na contratação de pessoa jurídica para a elaboração dos projetos de escoramento, reforço estrutural e complementares de recuperação do prédio, bem como o atendimento dos apontamentos apresentados no relatório intermediário.

3. Quando solicitado, participar de soluções, em conjunto com a construtora e/ou a Fiscalização do TRE-RO, de questões técnicas e/ou contratuais da obra, seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas.

### **3.DOS PARECERES**

i. Todos os pareceres **CONCLUSIVOS** devem ser apresentados acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) regularmente registrados nos Conselhos Profissionais (CREA/RO e CAU/RO), em cumprimento ao art. 3º da Resolução CONFEA 1.025/2009.

ii. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos aprovados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei nº 8666/93).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas** / Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

*"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei."*

iv. A referida lei também dispõe que nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número de sua carteira profissional.

v. Por sua vez, a Lei 6.496/1977 instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia:

*Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à 'Anotação de Responsabilidade Técnica' (ART).*

*Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.*

vi. Todas as peças dos projetos devem conter a identificação e assinatura dos seus autores, bem como necessitam ser registradas Anotações de Responsabilidade Técnica de todos os responsáveis que assinaram os projetos. Nesse sentido, o TCU consolidou entendimento sobre o assunto consubstanciado na **Súmula**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**260/2010:**

*É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.*

vii. De igual forma, a **Lei n. 12.378/2010**, que regulamentou as profissões de arquiteto e urbanista, estabelece que toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

viii. Assim, o gestor que elaborar ou aprovar projeto básico ou orçamento inconsistente poderá ser responsabilizado. O mesmo se pode afirmar sobre a aprovação de projetos e de orçamentos sem a assinatura, indicação do seu responsável ou sem a respectiva ART. Cita-se, como exemplo, o sumário do **Acórdão TCU nº 2.546/2008** – **Plenário:**

*“1. Os responsáveis pela elaboração e aprovação de projeto básico inadequado e sem assinatura ou identificação do responsável técnico devem ser sancionados.”*

ix. A CONTRATADA e seus profissionais se obrigam a preservar os direitos autorais dos titulares dos projetos recebidos para análise, em cumprimento ao Art. 17 da Lei n. 5.194/66.

### **B. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Lotes 01 e 02**

#### **1. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

i. O CRONOGRAMA FÍSICO obedecerá a seguinte temporalidade:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>CRONOGRAMA FÍSICO</b>			
<b>ETAP A</b>	<b>LOT E</b>	<b>DESCRIÇÃ O</b>	<b>DIAS PARA EXECUÇÃ O (corridos)</b>
1/A	01	Elaboração e Entrega de Estudos Preliminares, Anteprojeto de Escoramento e Anteprojetos de Reforço e Recuperação Estrutural	10
1/B	02	Análise dos Estudos Preliminares	3
2/A	01	Elaboração e Entrega de Projeto Executivo de Escoramento e Projeto Básico de Reforço e Recuperação Estrutural	10
2/B	02	Análise do Projeto Básico	5
3/A	01	Elaboração e Entrega Final do Projeto Executivo de Reforço e Recuperação Estrutural e Complementares	10
3/B	02	Análise do Projeto Executivo	2



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4	01	Apoio à Fiscalização da Execução do Projeto Elaborado conforme LOTE 01	60*
* O prazo de 60 dias é estimado. A forma de execução apontada pela CONTRATADA para a realização do escoramento poderá alterar a quantidade de dias necessários.			

ii. Todos os prazos serão contados a partir da data de emissão das respectivas ORDENS DE SERVIÇOS, bem como do recebimento da documentação, quando se tratar de análise, ou, da aprovação do CONTRATANTE, quando se tratar de avanço para etapa seguinte. O prazo referente à ETAPA 4 será contado a partir de emissão de ORDEM DE SERVIÇO própria;

iii. As CONTRATADAS deverão cumprir fiel e rigorosamente os prazos neste projeto básico e nas ordens de serviços, zelando para que sua conduta não retarde o cronograma previsto para a elaboração dos projetos. A prestação dos serviços não poderá sofrer impacto em função de outros compromissos da CONTRATADA;

i. Por tratar-se de cronograma de atividades casado, que envolve mais de uma contratada, e ser crítico para a segurança da edificação, a CONTRATADA que eventualmente der causa para atrasos estará sujeita às penalidades previstas neste Projeto Básico, sem prejuízo de outras responsabilizações e penalidades.

ii. **Tratando-se de pareceres ou estudos técnicos complementares para subsidiar as análises técnicas e legais das soluções apresentadas nos projetos, o prazo será definido pelo CONTRATANTE de acordo com a complexidade e extensão de cada tarefa e registrado expressamente em cada ordem de serviço expedida.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii.O prazo total da elaboração do projeto, incluindo os períodos de análise, não poderá ser superior a 40 (quarenta) dias;

i.Por tratar-se de CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL para atendimento de situação CRÍTICA envolvendo a edificação Sede do TRE-RO, eventuais atrasos nas etapas 1/A, 1/B, 2/A ou 2/B indicadas na tabela acima poderão ensejar punições e responsabilizações mais severas às CONTRATADAS.

iv.O prazo de cada etapa da elaboração ou análise não poderá ser superior ao período estipulado na tabela de Cronograma Físico acima;

v.O prazo de análise por parte do Contratante será de 3 (três) dias para os Estudos Preliminares, anteprojetos de escoramento e reforço estrutural; 05 (cinco) dias para a análise do projeto Básico e 2 (dois) dias para o projeto executivo;

vi.A etapa correspondente ao apoio e assistência à fiscalização da execução do projeto de escoramento (LOTE 01) terá seu início contado a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) para a empresa futuramente Contratada para a Execução Projeto de Reforço e Recuperação Estrutural e seguirá o cronograma estabelecido no Projeto Executivo objeto do Lote 01, Item 01 deste PB;

vii.Os prazo dos itens mencionados no Cronograma Físico estão incluindo o tempo para o CONTRATADA do Lote 01 elaborar os estudos, os Anteprojetos e os Projetos Básico e Executivo e o apoio e assistência a fiscalização, bem como o tempo referente às etapas de análise dos projetos da CONTRATADA do Lote 02;

viii.Em caso de necessidade, devidamente justificado, inclusive quanto ao prazo requerido, a critério da fiscalização, admitir-se-a prorrogação de, no máximo, 10 (dez) dias para correções do Projeto Executivo;

## **2.DAS REUNIÕES:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.As reuniões serão presenciais ou por meio de videoconferência.

### **1.Reuniões Presenciais:**

i.Obrigatoriamente, as CONTRATADAS deverão participar de uma reunião inicial, presencial, para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

a.A reunião inicial será realizada em até 03 (três) dias corridos da data da emissão das Ordens de Serviço;

b.A CONTRATADA para o Lote 01 deverá apresentar proposta técnica da metodologia de escoramento a ser projetada.

ii.Para discussão acerca de eventuais questões efetivamente relevantes associadas à fiscalização dos projetos, **estima-se mais 02 (duas) reuniões presenciais;**

iii.Para efeito do cálculo das despesas com reuniões presenciais, a Administração está prevendo:

a.que toda reunião contará com a presença de, no máximo, (02) dois representantes da CONTRATADA;

b.que toda reunião iniciará e terminará no mesmo dia, sendo devido 2,0 (duas diárias) para cada participante para cobrir também o deslocamento do dia anterior;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c.o preço referencial de uma passagem aérea com tarifa normal entre Brasília e Porto Velho.

- iv.O ressarcimento das despesas com deslocamentos dos profissionais (passagens, diárias) dar-se-á em razão de sua efetiva ocorrência. Nessa situação, não será devido caso a sede da CONTRATADA esteja localizada na praça de Porto Velho ou será ajustado à realidade do deslocamento. O adicional de deslocamento, calculado pelo valor estimado com despesas de traslados destinados e originados nos aeroportos envolvidos nas viagens, independem de comprovação.
- v.Os deslocamentos em veículos próprios da empresa contratada serão indenizados pelo valor da passagem de transporte coletivo de passageiros (ônibus), categoria leito.
- vi.Quando do pedido de ressarcimento das despesas a contratada deverá juntar os bilhetes/tickets de viagens, sob pena de indeferimento.
- vii.Os valores indenizáveis serão acrescidos com os mesmos percentuais de BDI e tributos aplicados aos serviços de consultoria, de acordo com a proposta vencedora da contratada.

### **2.Reuniões por meio de videoconferência:**

- i.Sempre que necessário, CONTRATANTE ou CONTRATADA poderão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convocar reuniões  
suplementares, sempre por meio  
de videoconferência.

ii. As videoconferências serão  
operacionalizadas,  
preferencialmente, pelo  
ambiente **HANGOUT** do **GOO  
GLE**, devendo a contratada  
viabilizar o seu acesso à referida  
ferramenta.

iii. Na situação de eventuais  
impedimentos técnicos para a  
realização das videoconferências  
no ambiente indicado, poderão -  
desde que acordado previamente  
pelas partes - ser utilizadas  
outras ferramentas de tecnologia  
que garantam a qualidade dos  
eventos.

### **3. Regras gerais sobre as reuniões:**

i. Nas reuniões é obrigatória a  
presença dos Responsáveis  
Técnicos dos serviços de  
elaboração dos projetos e de  
fiscalização da elaboração dos  
projetos, quando em fase de  
desenvolvimento e; do  
Responsável Técnico pelo apoio  
à execução do escoramento  
quando em fase executiva;

ii. Todas as reuniões serão  
agendadas e acordadas  
previamente entre as partes;

iii. Todas as reuniões serão  
registradas em ata, minutada pela  
**CONTRATADA** responsável  
pela elaboração dos projetos, da  
qual constará, além de outros  
elementos, o nome de seus  
participantes, os  
encaminhamentos e deliberações  
sobre os temas discutidos. A  
ATA será enviada ao  
**CONTRATANTE** e anexada ao



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;

iv. Tratando-se de reunião por meio de videoconferência o evento será gravado pelas CONTRATADAS e enviados ao CONTRATANTE em meio digital;

v. Todas as reuniões serão secretariadas por um agente da CONTRATADA, responsável pelo envio da ata aos interessados;

vi. Quando da apresentação dos relatórios a CONTRATADA deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências.

vii. Os relatórios produzidos pelo CONTRATANTE constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes.

### **1. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

#### **I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO**

a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas, além do desperdício de materiais que, possivelmente, possam ser aproveitados.

c. Além disso, o objeto deste Projeto Básico está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2019 e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020** -

**MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:

1. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
  2. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;
- d. Adotar-se-á como valores:
1. **Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
  2. **Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
  3. **Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
  4. **Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
  5. **Responsabilidade social e ambiental:** Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
  6. **Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
  7. **Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
  8. **Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9. Qualidade de vida do servidor:**

Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

## **II.DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

a. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

b. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

c. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, que tem estritamente cunho intelectual, a contratada deverá fornecer o resultado objeto desta contratação em meio digital à unidade gestora.

## **2. DOS VALORES**

### **I.LOTE 01 - ITEM ÚNICO**

a. O valor do contrato referente ao Lote 01 é de **R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscientos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)**, conforme tabela abaixo:

EMPRESA	ITEM	VALOR DA COTAÇÃO	TÉCNICA	JU
			NÃO APRESENTOU	APR
DH3 ENGENHARIA LTDA	Elaboração de Projetos e Apoio à Fiscalização da Execução	R\$ 72.084,30		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LORENSI ENGENHARIA LTDA</b>	<b>Elaboração de Projetos e Apoio à Fiscalização da Execução</b>	<b>R\$ 95.624,60</b>	<b>ATENDEU (0616398)</b>	<b>AT (0</b>
<b>MFA3 ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA</b>	Elaboração de Projetos e Apoio à Fiscalização da Execução	R\$ 112.626,71	NÃO ATENDEU (0616379)	APR
<b>EACE - ENG. ASSOC. CONSULT. ENG. LTDA</b>	Elaboração de Projetos e Apoio à Fiscalização da Execução	R\$ 394.858,00	NÃO APRESENTOU	APR

b.

c. Conforme tabela acima, a empresa que apresentou a menor cotação não comprovou todas as exigências de habilitação sendo, diante disto, a empresa Lorenci segunda melhor proposta apresentou toda a documentação de habilitação prevista neste Projeto Básico, conforme demonstrado no evento (0616398).

d. DA EMPRESA VENCEDORA DA COTAÇÃO:

1. NOME DA EMPRESA: LORENSI ENGENHARIA LTDA

2. CNPJ: 07.211.932/0001-22

3. VALOR: R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscientos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)

4. ENDEREÇO: Rua José Bonifácio n. 663 - Sala 103, 1º Pavimento, Bairro Olario, CEP 76.801-230

5. NOME DO REPRESENTANTE: Leandro Lorenci dos Santos

6. CPF DO REPRESENTANTE: 609.768.700-10

7. E-MAIL DE CONTATO: leandro@lorensi.eng.br

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. TELEFONE DE CONTATO: 69 - 3229-7254 / 99981-5589

e. Detalhamento dos preços ofertados pela empresa vencedora evento ([0616389](tel:0616389)):

LOT E	ITE M	DESCRIÇÃO	QTD	VALO R por QTD (M²) (H T¹)	VALO R TOTA L
LOTE 01					
01	Únic o	Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojotos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares e Prestação de serviços de Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a <u>Execução</u> do Escoramento do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO			
		Projeto Escoramento	3.256,10 m²	R\$ 4,00	R\$ 13.024,40
		Projeto Reforço/Recuperação Estrutural	1.312,20 m²	R\$ 18,00	R\$ 23.619,60
		Projeto Sistema Elétrico / Iluminação	1.312,20 m²	R\$ 7,00	R\$ 9.185,40
		Projeto Sistema Condicionador de Ar	1.312,20 m²	R\$ 5,00	R\$ 6.561,00
		Projeto Sistema Hidrossanitário	1.312,20 m²	R\$ 3,00	R\$ 3.939,60
		Projeto Arquitetônico	1.312,20 m²	R\$ 8,00	R\$ 10.497,60
		Apoio parcial à fiscalização da execução do projeto de escoramento	180 HT¹	R\$ 160,00	R\$ 28.800,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOT E	ITE M	DESCRIÇÃO	QTD	VALO R por QTD (M²) (H T¹)	VALO R TOTA L
01		PREÇO LOTE 01 (ITEM ÚNICO)	R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscientos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)		

f.

**II. LOTE 02 - ITEM ÚNICO (FRACASSADO)**

a. A contratação deste item resto  
fracassada, conforme tabela abaixo:

EMPRESA	ITEM	VALOR DA COTAÇÃO	TÉCNICA	JULGAMENTO
DH3 ENGENHARIA LTDA	Apoio e Assistência à Fiscalização da Elaboração de Projetos	R\$ 12.750,00	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU
LORENSI ENGENHARIA LTDA	Apoio e Assistência à Fiscalização da Elaboração de Projetos	R\$ 20.000,00	ATENDEU (0616398)	ATENDEU (0616398)
MFA3 ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA	Apoio e Assistência à Fiscalização da Elaboração de Projetos	R\$ 58.493,00	NÃO ATENDEU (0616379)	APRESENTOU
EACE - ENG. ASSOC. CONSULT. ENG. LTDA	Apoio e Assistência à Fiscalização da Elaboração de Projetos	R\$ 100.000,00	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU

b.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Conforme demonstrado na tabela acima, dentre as empresas que apresentaram as cotações, apenas a LORENSI ENGENHARIA LTDA conseguiu demonstrar o atendimento às habilitações exigidas neste processo de contratação para este item. No entanto, considerando que a empresa Lorensi ganhou o item 1 e que existe vedação técnica por conflito de interesse, claramente destacada neste Projeto Básico e Cotação de Preços 3 ([0607240](#)), no que tange a contratação dos itens 1 e 2 pela mesma empresa, desta forma a contratação do item 2 restou fracassado.

d. Em que pese esta unidade ter oportunizado à inúmeras empresas apresentarem suas cotações, conforme se pode observar nos emails ([0609460](#), [0609461](#), [0610092](#), [0610338](#), [0610775](#), [0612142](#), [0612143](#), [0612144](#), [0612144](#), [0612298](#), [0612300](#), [0613024](#) e [0614024](#)), apenas as empresas acima demonstraram interesse na pretensa contratação e somente a empresa LORENSI ENGENHARIA LTDA comprovou atender as exigências contidas no item que trata da habilitação prevista no procedimento de contratação.

### **3. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

- i. É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Projeto Básico.
- ii. Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação deve observar ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93
- iii. O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU:  
*"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário."*
- iv. Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do Contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura do Contrato poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, enquadramento confirmado com a **COFC**.

LOTE 01	
<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	MANUTENÇÃO GERAL
<b>Despesa agregada</b>	MANUTENÇÃO PREDIAL
<b>Plano interno</b>	ADM APOIO
<b>Valor registrado</b>	<b>R\$ 95.624,60</b>
LOTE 02	
<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	
<b>Despesa agregada</b>	
<b>Plano interno</b>	
<b>Valor registrado</b>	FRACASSADO

v.

### **2. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

As condições de habilitação estabelecidas neste subitem devem ser cumpridas pelas licitantes proponentes tanto para o LOTE 01 quanto para o LOTE 02.

#### **1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em nome da empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante;

b. Apresentação de Declarações:

1. Declaração de Indicação em nome das CONTRATADAS, indicando cada um dos profissionais responsáveis pelas especialidades dos projetos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Declaração de Aceitação em nome de cada um dos profissionais indicados no subitem acima, aceitando a responsabilidade técnica sobre a elaboração ou análise dos projetos, conforme o caso;

3. As declarações acima podem conter a indicação e o aceite conjuntamente, a critério das CONTRATADAS.

c. Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica em elaboração de projeto de recuperação e reforço estrutural em concreto armado, com as seguintes características, as quais não precisam constar simultaneamente do mesmo atestado:

1. Projeto de recuperação e reforço estrutural em concreto armado em edificações ou obra de arte com área mínima de 660 m<sup>2</sup>;

d. Os profissionais deverão comprovar, através de CAT's ou ART's, experiência de, no mínimo, 10 (dez anos) atuando na área de engenharia. Serão aceitas CAT ou ART devidamente registradas no CREA ou em mesmo tempo atuando como responsável técnico da empresa perante o CREA.

e. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação de que integra o quadro permanente da empresa será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria; e, caso responsável técnico, pela certidão de registro de pessoa jurídica no CREA;

f. Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional do quadro permanente da empresa, devendo neste caso todos comprovarem o tempo de experiência mínimo requerido acima;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g. Não será admitida a somatória de atestados para atingir as metragens mínimas indicadas acima:

1. A impossibilidade em somar atestados baseia-se no simples fato de que trata-se de reforço na estrutura da edificação, o que caracteriza a sua complexidade. A certeza de que a estrutura da edificação é sólida garante não somente os bens materiais, mas acima de tudo, as vidas dos ocupantes da edificação.

h. Os profissionais detentores dos atestados apresentados para a qualificação técnico-profissional deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos, apoio à fiscalização da elaboração dos projetos e apoio à fiscalização da execução do serviço de escoramento;

i. Na etapa de habilitação técnica, caberá a realização de vistoria, sendo a mesma facultativa;

j. Da Vistoria para a Contratação

1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, devendo a licitante executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, em horário comercial previamente marcado pelo telefone (69) 3211 2139 ou (69) 3211 2072.

2. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá realizar prévio agendamento, conforme item acima, informando número do documento de identidade civil e CPF, a fim de realizar sua entrada no órgão, apresentar documento expedido pela licitante que comprove sua habilitação para realizar a vistoria além de documento que comprove seu registro no conselho de classe respectivo.

3. Realizada a visita/vistoria, a SEMAP emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo definido anexo I, deste Projeto Básico, atestando textualmente que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

4. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração conforme modelo Anexo DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA ([0604200](#)), deste Projeto Básico, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente PB;

7. A apresentação do Atestado de Visita ou Não Vistoria, conforme modelo disponibilizado em anexo deste Projeto Básico, é obrigatória na fase de habilitação do certame.

## **II.DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste Projeto Básico.

b. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;

c. A documentação relativa à habilitação jurídica seguirá a regra do art. 28 da lei 8.666/1993.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III.DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

1. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

- i. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
- ii. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
- iii. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- iv. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- v. Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ).

### **II.DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1. O Contratado deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a ADJUDICATÁRIA apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de não assinatura do contrato.

## **2. DO CONTRATO**

### **I.Das condições gerais da contratação:**

- a. Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada;
- b. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste projeto básico;

c. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

d. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

e. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

f. CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br;

g. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

h. À relação contratual, além das disposições previstas na cotação de preços n. 02/2020, seus anexos e a proposta da contratada, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Código Civil Brasileiro e as demais legislações citadas na referida cotação de preços.

### **II. Das providências preliminares a serem adotadas pelas contratadas:**

- a. Cada uma das CONTRATADAS deverá indicar, em até cinco dias a partir da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-las junto ao CONTRATANTE, **para todas as finalidades.**
- b. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato..
- c. O início da elaboração dos projetos deverá ser precedido de uma visita técnica ao local que sofrerá as intervenções, devendo ser elaborado um relatório de visita técnica e encaminhado à fiscalização do Contrato pela empresa contratada até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do Contrato. O relatório conterá as principais observações da Contratada relativas à execução dos projetos, acompanhada de um relatório fotográfico

### **III. Do Início das atividades:**

- a. Em até 05 (cinco) dias, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA para executar os serviços constantes do LOTE 01 deverá apresentar ART devidamente registrada no CREA.

### **IV. Da execução e recebimento do serviço:**

- a. É de responsabilidade das CONTRATADAS a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico.
- b. AS CONTRATADAS deverão atender todas as demandas do CONTRATANTE, que serão solicitadas levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada.
- c. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço distintas para cada ;
- e. O prazo de início dos serviços será contado da data de Assinatura do contrato pelas partes.
- f. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- g. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pela unidade Gestora.
- h. É dispensado o recebimento provisório nesta contratação, com fulcro no Art. 29, §2, II, da IN 004/2008/TRE-RO.
- i. O recebimento definitivo será realizado em até 10 dias pelo Gestor, após comunicação, por escrito, pela CONTRATADA comunicando o término dos serviços.

### **V. Da subcontratação**

- a. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto contratado, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:
  - b. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:
    - 1. Razão Social;
    - 2. CNPJ;
    - 3. Nome e CPF do(s) sócio(s);
    - 4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;

6. Justificativa para subcontratação.

c. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.

d. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

e. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

f. É **expressamente vedada** a subcontratação para os serviços previstos no LOTE 02.

### **VI. Da vigência e do prazo de execução dos contratos:**

a. Decorrente da contratação dos itens do LOTE 01:

**1. Do Prazo de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da assinatura do contrato, obedecidas as normas legais, entre elas:

i. Prestação regular dos serviços;

ii. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

iii. Manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;

iv. Manutenção do interesse pelo Contratado;

v. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

### **2. Do Prazo de Execução**

i. O prazo de execução será dividido em 2 etapas:

a. Etapa 1: prazo de **40 (quarenta) dias**: entrega dos projetos executivos de escoramento, reforço estrutural,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recuperação e complementares, a contar da assinatura deste contrato.

b. Etapa 2: prazo de **60 (sessenta) dias**: correspondente aos serviços de Apoio e Assistência à fiscalização e supervisão de serviço de engenharia da **Execução do Projeto de Escoramento** do prédio sede TRE-RO, tendo início e término a partir do cronograma contido no Contrato de Execução da obra.

b. Decorrente da contratação do item do LOTE 02:

**1.Do Prazo de Vigência:** será de **70 (setenta) dias**, contados da data da assinatura do Contrato de Execução do Projeto de Escoramento

**2.Do Prazo de Execução: 40 (quarenta) dias** correspondente aos serviços de Apoio e Assistência à fiscalização da elaboração dos projetos de Escoramento, Reforço Estrutural e complementares

### **VII.Do eventual reajuste dos preços dos contratos**

a. Em razão da natureza dos objetos e estes não prosperarem por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), o objeto deste Projeto Básico é irreajustável.

### **VIII.Das alterações**

a. O Contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### **IX.Do eventual reequilíbrio econômico-financeiro**

a. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, in verbis:

b. "Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da OES, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

c. **É vedado o reequilíbrio** quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93

## **2. DO PAGAMENTO**

### **I. Dos serviços de Elaboração Dos Projetos**

a. Os pagamentos serão efetuados:

1. Para os serviços de elaboração dos projetos de o apoio à fiscalização da elaboração dos projetos: em parcela única após o recebimento definitivo de TODOS os itens que compõem o objeto e atendidos a todos os critérios definidos neste projeto básico, após certificação da fiscalização;

2. Para o serviço de apoio à fiscalização da execução do projeto de escoramento, um pagamento a cada 30 (trinta) dias, proporcionalmente aos serviços executados.

b. O pagamentos dos serviços serão realizados por meio de ordem bancária ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, em moeda corrente, **em até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de apresentação de cada nota fiscal/fatura e demais documentos previstos neste item, devidamente certificada pelo Gestor do Contrato;

c. Para fazer jus ao pagamento, as CONTRATADAS deverão comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d. Os pagamentos dos serviços relacionados a cada etapa são condicionados à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal:

1. De todos os projetos, estudos, análises, relatórios e orçamentos, juntamente com os demais





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentos gerados na respectiva etapa, devidamente assinados;

2.Registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) dos projetos e dos demais documentos, quando exigíveis, emitidas pelo CREA-RO e/ou CAU/RO, conforme o caso.

e. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

### **II.Dos serviços de apoio e assistência à fiscalização e supervisão de serviços de engenharia de Elaboração dos Projetos**

a. O pagamento será efetuado em parcela única , após o recebimento definitivo do objeto e atendidos a todos os critérios definidos neste projeto básico, após certificação da fiscalização.

### **III.Dos Serviços de apoio e assistência à fiscalização e supervisão de serviço de engenharia de execução dos projetos de escoramento do prédio sede TRE-RO.**

a. O Pagamento será efetuado mensalmente, em parcela fixa, conforme proposta, a contar da data de emissão de Ordem de Serviço da obra de Execução de reforço estrutural, após o cumprimento e certificação de todas as obrigações e entregas mínimas prevista neste projeto básico.

## **3. DA GARANTIA CONTRATUAL**

### **I.GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

a. Exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

b. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública exigíveis, seguro-garantia ou fiança bancária. O valor da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrat

c. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

d. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no alínea “b” do subitem 3.1 acima, observada a legislação que rege a matéria;

e. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

f. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

g. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

h. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

i. A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;  
e

2.com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 3.1. acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

j. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL**

##### **I.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a. Indicar no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento da Ordem de Execução de Serviços, o PREPOSTO, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;

b. Empregar, na avaliação técnica, pessoal devidamente qualificado;

c. Empregar, nos casos aplicáveis para avaliação técnica, materiais e equipamentos novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;

d. Gerir a mão de obra necessária para a realização da avaliação técnica, inclusive de eventuais subcontratadas.

e. O preposto deverá atender à ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE de forma imediata.

f. Submeter à CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE.

g. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.

h. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução da avaliação técnica.

i. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

j. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.

k. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;

l. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;

m. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.

n. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade necessários à avaliação técnica, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.

o. Se necessário, proceder à limpeza e retirada de qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da entrega do objeto.

p. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.

q. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

r. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Descrição dos serviços realizados.

2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.

s. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.

t. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.

u. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

v. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI nas visitas à sala do grupo gerador;

w. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.

x. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

y. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.

z. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*

aa. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

*"XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."*

bb. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis.**

cc. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Projeto Básico, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.

dd. A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto deste Projeto Básico.

ee. Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, o representante dos serviços deverá enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

### **II. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- b. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- c. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ.
- d. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
- e. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação da regularidade pela fiscalização e emissão de Nota Técnica pelo gestor designado pelo CONTRATANTE, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- f. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação.
- g. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- h. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
- i. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso.
- j. Após o término do serviço executado e devidamente certificados pela unidade gestora, a Contratada deverá emitir Nota Fiscal e Fatura





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente ao serviço executado com o valor apresentado na proposta.

k. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.

l. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pela gestão e fiscalização do Contrato.

m. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

n. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais.**

o. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p><math>I = ((TX)/365)</math> <math>I = ((6/100)/365)</math> <math>I = 0,00016438</math></p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

p.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

q. **N1.** A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

r. **N2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

s. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

t. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

u. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações.

v. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.

w. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.

x. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência da futura OES, o objeto deste PB, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações.

### **5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

i.A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

ii.A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor técnico previamente designado nas Ordens de Serviços pela Administração, em observância à IN/TRE-RO/004/2008.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade das CONTRATADAS, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.
- iv. Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa.
- v. É vedada designação de servidor que:
  - a. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
  - b. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
  - c. tenha parentesco com membro da família do contratado;
  - d. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

## **2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- i. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em instrumento contratual, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
  - a. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços até 5 (cinco) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo do valor adjudicado, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
  - b. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do Contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do Contrato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo gestor do contrato:

1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;

2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;

d. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do Contrato.

e. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

1. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do Contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Contratação nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

3. Multa de até 10% (trinta por cento) sobre o valor total da Contratual nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.

4. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 01 (um) anos;

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

f. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

g. Nas condutas de inexecução parcial do Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do Contrato.

h. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

i. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada do montante a que fizer jus.

j. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

k. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

### **3. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

i. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Projeto Básico serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

### **4. ANEXOS**

Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos:

- i. **ANEXO I – PLANTAS DE FORMA E FERRAGENS** ([0604187](#), [0604190](#) e [0604191](#));
- ii. **ANEXO II – PLANTAS DE FERRAGENS VIGA BALDRAME E LOCALIZAÇÃO DOS PILARES** ([0604194](#));
- iii. **ANEXO III - PLANTAS TÉRREO E 1º PAVIMENTO, COBERTURA - CORTE E FACHADA** ([0604197](#));
- iv. **ANEXO DH3 ENGENHARIA - COTAÇÃO** ([0616343](#));
- v. **ANEXO DH3 ENGENHARIA - HABILITAÇÃO** ([0616370](#));
- vi. **ANEXO MFA3 ENGENHARIA - COTAÇÃO** ([0616375](#));
- vii. **ANEXO MFA3 ENGENHARIA - HABILITAÇÃO** ([0616379](#));
- viii. **ANEXO LORENSI ENGENHARIA - COTAÇÃO** ([0616389](#));
- ix. **ANEXO LORENSI ENGENHARIA - HABILITAÇÃO** ([0621719](#));
- x. **ANEXO EACE ENGENHARIA - COTAÇÃO** ([0616420](#));
- xi. **ANEXO EACE ENGENHARIA - HABILITAÇÃO** ([0616422](#)).

### **5. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR**

i. Este Projeto Básico foi elaborado pelos servidores Leisson de Castro - Chefe da SEMAP e Frank Busatto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Especificações técnicas e o objeto foram elaborados pelo servidor Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Engenheiro Civil.
- iii. Formatação do texto e ajustes desenvolvidos pelo servidor Frank Busatto;
- iv. Revisão final: Leisson de Sousa Castro - Chefe da SEMAP.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 23/11/2020, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 23/11/2020, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003084-49.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Contratação emergencial – Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para **elaboração de projetos básico e executivo e no apoio e assistência à fiscalização de elaboração de projetos de escoramento e reforço estrutural do edifício sede do tribunal**. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 258 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), considerando a necessidade da contratação de empresa especializada na elaboração e execução de projeto de recuperação estrutural para atender este Tribunal em decorrência do Laudo Técnico Estrutural SEDE ([0570731](#)) constante no PSEI [0001757-69.2020.6.22.8000](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O Projeto Básico Nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0604186](#)) e seus anexos ([0604187](#), [0604190](#), [0604191](#), [0604194](#), [0604197](#), [0604199](#) e [0604200](#)), formatam a pretensa contratação. Os objetos foram classificados como sendo de natureza de serviços comum de engenharia - contratação EMERGENCIAL de empresas de engenharia especializadas:

- Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO
- Prestação de serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Elaboração dos Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO.

3. A Cotação de Preços 3 ([0607240](#)) para a contratação emergencial foi lançada no mercado local e teve a participação de poucas empresas do ramo de atividade que se apetece contratar, necessitando de prorrogações de prazos para apresentação das cotações a pedido de empresas interessadas, conforme certifica o chefe da SEMAP na Certidão 148 ([0614037](#)).

4. Finalizado o certame, o chefe da SEMAP volta aos autos solicitando autorização para contratação de pessoa jurídica para o item 1 do objeto - Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização do Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO, conforme necessidade apontada no Projeto Básico Nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0604186](#)).

5. Informa mais, que o item 2 do objeto - Prestação de serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Elaboração dos Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia –





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO, restou fracassado, e por questão de celeridade da contratação da elaboração dos projetos a contratação do item 2 tramitará no PSEI [0003312-24.2020.6.22.8000](#).

6. Para atendimento da demanda emergencial, foi anexado aos autos propostas e condições de habilitação das empresas **DH3 ENGENHARIA LTDA**, CNPJ N° 28.810.426/0001-20 ([0616343](#) e [0616370](#)); **MFA3 ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA**, CNPJ N° 23.903.395/0001-38 ([0616375](#) e [0616379](#)); **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, CNPJ N° 07.211.932/0001-22 ([0616389](#) e [0616398](#)) e, **EACE – ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, CNPJ N° 15.110.739/0001-23.

7. A empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, CNPJ N° 07.211.932/0001-22, foi ofertante do menor e melhor preço para o lote 1 no valor de **R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)**. Para a cotação dos preços de mercado a Administração não fez uso do formulário padronizado geralmente utilizado pelo órgão.

8. A secretária substituta da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) deste Tribunal, objetivando a contratação emergencial dos serviços comum de engenharia elétrica, pelo Despacho n° 2039/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0618018](#)) encaminha os autos a COMAP, para análise do Projeto Básico e seus anexos ([0604186](#)), a COFC para a programação orçamentária da possível despesa e, concomitantemente a SECONT para elaboração da minuta do instrumento contratual e, por fim, a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

9. Em seguida, juntou-se a Disponibilidade Orçamentária ([0619467](#)) para o exercício 2020 no valor total **R\$ 95.624,60** (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), oportunidade em que a COFC informou que “ Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC n° 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.”.

10. Recebidos os autos, a COMAP, tomando por base a análise inicial do instrumento, elencou algumas ocorrências verificadas e solicitou por diligência a unidade demandante SEMAP os ajustes ou





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativas necessárias ([0620192](#)). A SEMAP de pronto atendeu a diligência e juntou aos autos documento de habilitação da empresa LORENSI ENG – HABITAÇÃO ([0621719](#)), o novo Projeto Básico 17 ([0621720](#)), e na Remessa 177 ([0621724](#)) demonstrou item por item as providências adotadas.

**11.** Em nova análise a COMAP, unidade responsável pela avaliação dos Termos de Referência e Projetos Básicos, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico 17 ([0621720](#)), complementado pela Cotação de Preços n. 3/2020 ([0607240](#)) e proposta de preços da empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA** - CNPJ: 07.211.932/0001-22 (evento [0616389](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no art. 7º, § 2º e seguintes, c/c o art. 14, da L. 8.666/93. Ainda, se manifesta a unidade COMAP, caso a autoridade superior aprove o projeto básico, pela **adjudicação do item 1 do objeto** à empresa supra indicada e a sua consequente **contratação emergencial** com fundamento no Art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93.

**12.** A SECONT juntou nos autos a minuta do instrumento contratual do pretenso ajuste ([0625511](#)). Por fim instruídos, vieram aos autos em caráter de urgência para análise jurídica da contratação emergencial, via Remessa 431 ([0625595](#)). **É o breve e necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**13.** Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**14.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III - POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

**16.** Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Quanto ao mérito deste processo, a Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93) prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, o caracteriza exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**17.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação *em casos de emergência*, nos termos do inciso IV, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (*grifei*)

**18.** Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

a) a situação adversa, dada como de emergência não pode ter originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis;

b) deve existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) o risco, além de concreto e efetivamente provável, dever ser iminente e especialmente gravoso;

d) a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, deve ser o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado.

**19.** A definição legal de situação de emergência está prevista no Decreto Federal n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, que assim dispõe:

**“Art. 1º** O Poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em **situação de emergência** ou estado de calamidade pública, provocados por desastres.

**Art. 2º** Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

**III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;**

IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;” Grifei.

**20.** Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, a saber:

**“Art. 26.** As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inc. III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas (...) deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (...)”

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ”

**21.** No caso destes autos, a unidade administrativa SEMAP pleiteia, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada nos serviços de elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização dos Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO, em função do Relatório de Vistoria deu-se a contratação da empresa Projecon - Projetos e Construções Ltda para a análise estrutural e perícia da situação apontada no Relatório e ao final expor posicionamento quanto à segurança e comprometimento da edificação, sendo assim a referida empresa emitiu posicionamento na qual afirma que a estrutura não atende aos critérios normativos de segurança e estados limites últimos e de serviço, que a estrutura apresenta mau desempenho aos esforços horizontais e que as anomalias nos pilares PL-12 e PL-24 **apresentam grandes indícios de processo colapso progressivo e ruína de parcela da edificação, podendo ocorrer imediatamente. As situações encontram-se registradas no processo SEI 0000083-56.2020.6.22.8000 e processo nº 0000221-23.2020.6.22.8000, respectivamente nos eventos [0494124](#) e [0567682](#).**

**22.** O conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldado em situação real decorrente de algum fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado, o que vem a ser justamente a situação ora observada. Contudo, a Administração deve zelar não só pelo patrimônio público, mas também pela continuidade dos serviços à população em geral. Dessa forma, verifica-se que o cenário descrito nos autos claramente ***evidencia situação que pode ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens públicos.***

**23.** Assim, a situação adversa descrita, caracterizada formal e materialmente como de emergência, **evidentemente não se originou, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis pela Administração do Tribunal ou da unidade solicitante,** pelo contrário, a Administração vem de forma diligente buscar meios que garantam a segurança das pessoas, como também evitar prejuízos aos serviços - a poucos dias das Eleições Municipais de 2020 - e danos a bens públicos da Justiça Eleitoral.

**24.** Os danos referidos, além de concreto e efetivamente **prováveis, são iminentes e especialmente gravosos,** ao considerar-se o **valor dos bens patrimoniais** em risco (instalações, materiais e equipamentos) e serviços (atendimento ao eleitor, manutenção e guarda das urnas). A **iminência** e a **gravidade** da situação estão evidenciadas no Relatório de Vistoria [0494124](#) e [0567682](#), onde consta que a estrutura não atende aos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critérios normativos de segurança e estados limites últimos e de serviço, que a estrutura apresenta mau desempenho aos esforços horizontais e que as anomalias nos pilares PL-12 e PL-24 **apresentam grandes indícios de processo colapso progressivo e ruína de parcela da edificação, podendo ocorrer imediatamente.**

**25.** A imediata efetivação, por meio da prestação de serviços com terceiro, do objeto destes autos, demonstra-se o **meio adequado, efetivo e eficiente** para afastar o risco iminente detectado de danos ao patrimônio e serviços da Justiça eleitoral, conforme verificar-se das justificativas carreadas aos autos.

**26.** Está demonstrado nos autos que o cenário não é o normal, logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

**27.** A respeito disso, **Antônio Carlos Cintra do Amaral** trás a seguinte lição:

“A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é compatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência” (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34)

**28.** Como verificado junto aos doutrinadores, os requisitos para que ocorra a contratação direta, de forma lícita, fundamentada nos casos de emergência, podem ser resumidos no binômio: **necessidade e eficácia**. Vale dizer, necessidade da plena demonstração da potencialidade do dano e eficácia da contratação para elidir tal risco. O binômio está atendido no caso sob análise, consoantes circunstâncias narradas no item 2, II, do Projeto Básico 17 ([0621720](#)), o que demonstra efetivamente que os serviços pretendidos são a via *indispensável e efetiva* para eliminar o risco e danos previstos, sendo, também, necessária e suficiente para manter a continuidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, e, conseqüentemente, evitar as conseqüências daí decorrentes, caso sejam paralisados.

**29.** Tratando-se de contratação emergencial, tem-se como aplicável, em regra, o prazo máximo de **180** (cento e oitenta) dias



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação, norma estabelecida pela Lei de Licitações para as obras e serviços contratados de forma emergencial (art. 24, IV, da Lei 8.666/93).

**30.** Todavia no item 5 (DO CONTRATO), VI, letra “a” item 1 do Projeto Básico 17 (0621724) e Cláusula Terceira, item 1, da minuta juntada aos autos no evento [0625511](#), **anota o prazo de vigência em 210 (duzentos e dez) dias**, diferentemente do prazo inicial estipulado na norma. O TCU vem de forma cautelosa admitindo que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias seja excepcionalmente ultrapassado no tempo que for necessário, na forma de prorrogação contratual, para atender o interesse público, vejamos:

**Acórdão 1901/2009-Plenário** - As limitações impostas às contratações por emergência devem ser interpretadas em face do interesse público, não possuindo fim próprio e autônomo. Logo, diante de situação peculiar, o prazo de 180 dias pode ser excepcionalmente ultrapassado para o atendimento do interesse público.

**Acórdão 106/2011-Plenário** - O limite de 180 dias estabelecido para a duração de *contratos emergenciais* pode ser ultrapassado quando o objeto a ser executado além desse prazo preencher as seguintes condições: i) urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e ii) somente para os bens necessários ao atendimento da situação *emergencial* ou calamitosa.

**Acórdão 1801/2014-Plenário** - É possível a prorrogação contratual emergencial acima de 180 dias, em hipóteses restritas, resultantes de fato superveniente, e desde que a duração do contrato se estenda por lapso de tempo razoável e suficiente para enfrentar a situação emergencial.

**31.** Dentro dos contextos apresentados nos acórdãos da Corte Nacional de Contas, esta AJDG, por cautela, opina para que seja ajustado o prazo de vigência do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, tanto no PB quanto no instrumento contratual e, caso se verifique durante a execução que a situação de emergência vai além do prazo de 180 dias, que seja justificada e solicitada a prorrogação necessária, dentro do prazo da vigência contratual.

## **IV – DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**32.** Com relação à análise da escolha da pretensa contratada (LORENSI ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 07.211.932/0001-22), a unidade solicitante traz sua justificativa no Projeto Básico 17 ([0621720](#)), em suma, destaca que a empresa que apresentou a menor cotação não comprovou todas as exigências de habilitação sendo, diante disto, a empresa Lorensi segunda melhor proposta apresentou toda a documentação de habilitação prevista no Projeto Básico, conforme demonstrado no evento ([0616398](#)).

**33.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**34.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**35.** Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

**36.** No caso em comento, foram obtidas no mercado local 04 (quatro) cotações de preços ofertadas por empresas do mercado local, todavia só uma demonstrou estar apta a contratar com o setor público, com o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

segundo melhor preço ofertado. Destaca-se no item 2 do PB 17 que inúmeras empresas foram consultadas para apresentarem suas cotações, mas reprise-se que somente quatro empresas participaram do certame.

**37.** Deve ser feita uma ressalva quanto à cotação de preços. Conforme verificado, em razão do pouco tempo disponível, a unidade solicitante utilizou-se de cotação de preços no mercado local, selecionando a empresa com a proposta de menor preço para o Poder Público, o que representa, também, sua compatibilidade com o preço médio de mercado.

**38.** Desta forma, observa-se que a escolha da empresa se baseou no menor preço exequível ofertado durante a cotação de preços realizada, a respeito assim se manifesta a Corte de Contas no Acórdão 1379/2007 Plenário:

Observe rigorosamente, no caso de contratação em caráter emergencial, além do disposto no art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei no 8.666/1993, com o detalhamento contido na Decisão Plenária no 347/1994, **a necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de preços, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexigibilidade. Acórdão 1379/2007 - Plenário.** (sem grifo no original)

**39.** Considerando a situação calamitosa e o reduzido prazo de contratação pretendido, não há dúvida de que haveria dificuldade quanto à busca de um preço estimado, tendo em vista que a impossibilidade de se comparar os preços contratados pelos órgãos da Administração Pública, ante a imprevisibilidade da própria circunstância atual ocasionada pela pandemia. Deste modo, observa-se o atendimento dos requisitos recomendados pelo TCU acima expostos e a metodologia de estimativa de preço prevista na Lei nº 13.979/2020.

**40.** Outro aspecto importante a ser mencionado é sobre regularidade fiscal e trabalhista, elas poderão ser dispensadas, consoante a dicção do artigo 4º-F da Lei nº 13.979/2020:

Art. 4º-F Na hipótese de haver **restrição de fornecedores ou prestadores de serviço**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.](#) [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#) (sem grifo no original)

**41.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

**42.** No caso ventilado, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados no evento 0616398. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração e deve ser atualizado antes de se efetivar a contratação, principalmente em relação a **certidão do FGTS**.

## **V – DO PROJETO BÁSICO E DO TERMO DE CONTRATO**

**43.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, sobretudo que o risco de prejuízo ao patrimônio público é **iminente**, tendo como amparo o Princípio administrativo da **Continuidade do Serviço Público**, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, IV, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **-LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22** a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, **todavia, antes da assinatura do contrato, as certidões da**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**empresa vencedora do certame devem ser atualizadas, conforme pontuado no item 42 desse opinativo.**

44. De outro lado, o **Projeto Básico 17 (0621720)**, complementado pela Cotação de preços e pela proposta da pretensa contratada, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, e, com relação a **minuta de Carta-Contrato (0625511)**, em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, **todavia os instrumentos devem receber os ajustes citados nos itens de 29 a 31.**

45. Indispensável o atendimento ao art. 26 da Lei 8.666/93, a dispensa deverá ser comunicada dentro de 3 (três) dias a autoridade competente, para a retificação.

46. Com precedente na Decisão TCU n. 1336/06-Plenário, entende necessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê também no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

## **VI - CONCLUSÃO**

47. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica, **condicionado ao atendimento das observações constantes nos itens 43 e 44**, opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa - **LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV, da Lei n. 8666/1993; e

b) pela apresentação do Projeto Básico 17 ([0621720](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

48. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0625511)**.

49. Por fim, sugere a revisão do texto do Projeto Básico 17 ([0621720](#)), antes de sua apresentação a autoridade competente para aprovação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**50.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

**À consideração da autoridade competente.**



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 20/11/2020, às 20:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003084-49.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Contratação emergencial – Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para elaboração de projetos básico e executivo e no apoio e assistência à fiscalização de elaboração de projetos de escoramento e reforço estrutural do edifício sede do Tribunal.

**DECISÃO Nº 15 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – SEMAP ([0557268](#)), tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada na elaboração e execução de projeto de recuperação estrutural para atender este Tribunal em decorrência do Laudo Técnico Estrutural SEDE ([0570731](#)) constante no PSEI [0001757-69.2020.6.22.8000](#).

Os autos foram instruídos com o Projeto Básico nº 17/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0621720](#)) e os respectivos anexos ([0604187](#), [0604190](#), [0604191](#), [0604194](#), [0604197](#), [0604199](#) e [0604200](#)).

De acordo com as especificações constantes do referido projeto básico, os objetos foram classificados como serviços comuns de engenharia - contratação EMERGENCIAL de empresas especializadas para:

- Prestação de serviços de Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização dos Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO (Item 1);

- Prestação de serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Elaboração dos Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO (Item 2).

Realizada a Cotação de Preços 3 ([0607240](#)), apenas 4 (quatro) empresas apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação, a saber, as empresas DH3 ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 28.810.426/0001-20 ([0616343](#) e [0616370](#)); MFA3 ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA, CNPJ Nº 23.903.395/0001-38 ([0616375](#) e [0616379](#)); LORENSI ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 07.211.932/0001-22 ([0616389](#) e [0616398](#)); e EACE – ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 15.110.739/0001-23 ([0616420](#) e [0616422](#)).

A empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, CNPJ Nº 07.211.932/0001-22, ofertou o menor e melhor preço para o lote 01, no valor de **R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)**.

Para o Lote 02 do objeto - Prestação de serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Elaboração dos Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, apenas a empresa Lorensi Engenharia Ltda. demonstrou estar apta a contratar com a Administração Pública, contudo, por ser a vencedora do Lote 01, foi automaticamente desclassificada por vedação técnica constante do item 7 da Cotação de Preços n. 03/2020/SEMAP e da letra "b", II, do item 2 do Projeto Básico 18 ([0627667](#)).

Assim, o Chefe da SEMAP, no evento [0617137](#), solicitou autorização para contratação apenas dos serviços elencados no Lote 01 objeto - Elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização dos Serviços de Engenharia para a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO*, conforme necessidade apontada no Projeto Básico nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0604186](#)) e informou que, por questão de celeridade na contratação da elaboração dos projetos, a contratação do Lote 2 tramitará no PSEI [0003312-24.2020.6.22.8000](#).

Na sequência, a Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, em substituição, encaminhou o feito, concomitantemente, à COMAP, para análise do projeto básico; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta do instrumento contratual; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0618018](#)).

Em cumprimento ao Despacho 2039/2020 ([0618018](#)), a COFC juntou aos autos a programação orçamentária ([0619467](#)) no valor de R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscientos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), a fim de custear a despesa a ser realizada neste exercício, oportunidade em que informou: “Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo, ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.”

A Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu que o Projeto Básico 17/2020 encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, e se manifestou pela **adjudicação do item 1 do objeto** à empresa ofertante do menor preço e a sua consequente **contratação emergencial** com fundamento no Art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93.

Ao final, registrou que o **item 2 restou fracassado** e, conforme informação da unidade ([0617137](#)), por celeridade da contratação para elaboração dos projetos, a contratação do item 2 tramitará no PSEI [0003312-24.2020.6.22.8000](#) (evento [0621877](#)).

A SECONT elaborou e juntou aos presentes autos minuta da Carta-Contrato ([0625511](#)) contendo todas as disposições normativas que regem a presente avença. Após, remeteu à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0625595](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico nº 258/2020 ([0626848](#)), opinou, condicionado ao atendimento das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observações feitas nos itens 43 e 44 do parecer, pela possibilidade de contratação direta da empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV, da Lei n. 8666/1993; pela apresentação do Projeto Básico 17 ([0621720](#)) à autoridade competente para aprovação, sugerindo que previamente sejam corrigidos os erros redacionais indicados nos itens 29 a 31 do opinativo. Além disso, aprovou os termos da minuta de carta-contrato elaborada pela SECONT ([0625511](#)), em cumprimento ao art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Em atendimento aos itens 43 e 44 do Parecer Jurídico, a SEMAP juntou aos autos o Projeto Básico nº 18/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0627667](#)) e as certidões atualizadas da empresa ([0627742](#)).

Do mesmo modo, a SECONT colacionou nova minuta da Carta-Contrato ([0627895](#)), em cumprimento à observação do item 44 do Parecer AJDG.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela autorização da despesa; pela aprovação do Projeto Básico n. 18/2020-SEAP ([0627667](#)); pela **contratação direta** da empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22**, por dispensa de licitação, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação com fulcro no inc. IV do art. 24 da Lei n. 8.666/93; e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0628006](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação *em casos de emergência*, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, a situação adversa descrita, caracterizada formal e materialmente como de emergência, evidentemente não se originou, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis pela Administração do Tribunal ou da unidade solicitante, pelo contrário, a Administração vem de forma diligente buscar meios que garantam a segurança das pessoas, como também evitar prejuízos aos serviços - a poucos dias das Eleições Municipais de 2020 - e danos a bens públicos da Justiça Eleitoral.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme bem ressaltou a AJDG, no caso destes autos, a unidade administrativa SEMAP pleiteia, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada nos serviços de elaboração de Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos e Projeto Complementares de Escoramento e Reforço Estrutural de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, bem como Serviços de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização dos Serviços de Engenharia para a Execução do Escoramento do Edifício SEDE do TRE-RO, em função do Relatório de Vistoria deu-se a contratação da empresa Projecon - Projetos e Construções Ltda para a análise estrutural e perícia da situação apontada no Relatório e ao final expor posicionamento quanto à segurança e comprometimento da edificação, sendo assim, a referida empresa emitiu posicionamento no qual afirma que a estrutura não atende aos critérios normativos de segurança e estados limites últimos e de serviço, que a estrutura apresenta mau desempenho aos esforços horizontais e que as anomalias nos pilares PL-12 e PL-24 **apresentam grandes indícios de processo colapso progressivo e ruína de parcela da edificação, podendo ocorrer imediatamente.** As situações encontram-se registradas no processo SEI 0000083-56.2020.6.22.8000 e processo nº 0000221-23.2020.6.22.8000, respectivamente nos eventos [0494124](#) e [0567682](#).

A Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação. Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação *em casos de emergência*, nos termos do inciso IV:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, **contados da ocorrência da emergência ou calamidade**, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (*grifei*)

Depreende-se da leitura do artigo supracitado que para caracterização da urgência descrita na lei que possibilita a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

a) a situação adversa, dada como de emergência não pode ter originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) deve existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;

c) o risco, além de concreto e efetivamente provável, dever ser iminente e especialmente gravoso;

d) a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, deve ser o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado.

Verifica-se, no bojo dos autos que restou demonstrado que o cenário não é o normal. Portanto, não é possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Verifica-se, das informações extraídas dos presentes autos, que a empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22 ([0616389](#))** ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a contratação em comento, no valor de R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

Pelo exposto, com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a dispensa apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, descrita no inciso IV do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**1 - aprova o Projeto Básico n. 18/2020-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0627667](#))**, porquanto o possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso **IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93**;

**2 - autoriza a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no **art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93**;

**3 - adjudica o objeto descrito no Lote 01 à empresa LORENSI ENGENHARIA LTDA – CNPJ n. 07.211.932/0001-22, por ter apresentado o menor preço e autoriza a emissão da Nota de Empenho** no valor de R\$ 95.624,60 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), em seu





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

favor, condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa; e

4. determina a publicação do ato de ratificação apenas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

Por fim, registra-se que esta contratação enquadra-se também na hipótese de dispensa de licitação, em razão do valor, prevista no inciso I alínea "a" do art. 1º da Lei n. 14.065, de 30 de setembro de 2020.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/11/2020, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.